



Revista

Fenacor

em serviços

Contabilidade • Assessoramento • Perícias • Informações • Pesquisas

Bem-vinda MP 243!

Representada pela Frente Brasileira Contra a MP 232, sociedade civil organizada derruba a parte perniciosa da Medida Provisória, que elevaria os tributos das prestadoras de serviços, e faz justiça ao contribuinte, mantendo a correção de 10% do IRPF. Ao mesmo tempo, a edição da MP 243 restitui a soberania do Congresso Nacional legítimo representante do povo



Gestão eficiente

Saiba como cortar gastos desnecessários no escritório contábil e economize até 20% mensalmente

Regras rígidas

John Evans, da Universidade de Pittsburgh, analisa a Contabilidade após três anos da Lei Sarbanes-Oxley

Na dose certa

Vida pessoal *versus* vida profissional: separá-las não é tarefa fácil, mas é preciso evitar que a primeira influa na segunda

O sistema contábil brasileiro e a carga tributária

Pelos dados obtidos no site do Conselho Federal de Contabilidade, com referência a março de 2005, a profissão contábil está composta de 357.908 profissionais – sendo que 47,03% têm nível superior, possuindo, assim, 48 atribuições privativas e 19 compartilhadas com outras profissões – e 68.053 organizações contábeis.

Mas o que muitos ainda não conhecem é a forma como a profissão está organizada. Para que possamos entender melhor, vamos dividir as atividades de fiscalização e registro das atividades de representação.

As atividades de fiscalização e registro estão a cargo do sistema CFC/CRCs (Conselho Federal de Contabilidade e Conselhos Regionais de Contabilidade), que, além da nobre tarefa de normatizar a atividade profissional, ainda se dedica ao aprimoramento da categoria, com vários projetos de educação continuada, em diversos níveis, chegando a incentivar cursos de mestrados e doutorados.

Por outro lado, a representação da profissão, como um todo, é exercida pela Confederação Nacional das Profissões Liberais (CNPL), por oito Federações de Contabilistas e mais de



150 Sindicatos de Contabilistas existentes atualmente.

Mas quando esses mesmos profissionais juntam-se em uma pessoa jurídica para melhor atender os seus clientes, a representação passa a ser do Sistema Fenacon/Sescons-Sescaps, ficando, em nível confederativo, a cargo da CNC.

Ainda temos o que podemos chamar de entidades de especialização, tais como o Ibracon – nacional e regionais –, Associações de Peritos Judiciais, Associações de Empresas de Serviços Contábeis, o Instituto dos Auditores Internos do Brasil, entre outras.

E a carga tributária brasileira? Além de ser uma das mais altas do mundo, o sistema tributário é complexo, muda com uma velocidade incrível, e é cruel, pois tributa gêneros de primeira necessidade e não proporciona aos brasileiros, um

retorno satisfatório de serviços públicos essenciais.

A derrota na MP 232 foi sem dúvida alguma, um grande marco na história do Brasil contemporâneo, pois somente uma sociedade organizada conseguiria mobilizar tantos parlamentares em prol de uma causa justa, ou seja, de dar um basta ao aumento de impostos via Poder Executivo, fazendo com que o governo recuasse, emitindo uma nova Medida Provisória, denominada 243.

A Classe Contábil participou ativamente das reivindicações, com mais de 1,5 mil associações representativas de toda a sociedade civil, dentro da ordem e da lei, para que mais uma injustiça fosse efetivada.

Dou os parabéns a todos os dirigentes por esta vitória, em especial ao povo brasileiro, que soube muito bem exercer o seu direito democrático. Espero que em outras oportunidades, a sociedade se mobilize para dizer aos nossos dirigentes o que queremos, o que podemos, e o que vamos desejar para o futuro do Brasil.

Carlos José de Lima Castro
Presidente da Fenacon
presidente@fenacon.org.br

Fim da novela 232

**DERROTADO POLITICAMENTE E MORALMENTE, GOVERNO
DESISTE DA MP 232 E MANTÉM CORREÇÃO DA TABELA DO IRPF**

Foto: L. Martinez



Severino (de terno riscado giz) e as lideranças da Frente Contra a MP 232 comemoram o recuo do governo e a derrubada da Medida

Depois de três meses de uma novela que teve vários personagens e diversos palcos e a poucas horas de entrar em vigor, o último capítulo da malfadada Medida Provisória 232 chegou ao fim no dia 31 de março, após o governo desistir da infeliz idéia de elevar em 25% a base de cálculo da CSLL e do IRPJ das prestadoras de serviços.

Sob o fogo cruzado disparado

por 1.553 entidades dos mais diversos segmentos econômicos brasileiros – capitaneadas pela Frente Brasileira Contra a MP 232 – e por parlamentares da oposição e até mesmo por vários da base aliada, entre eles os presidentes da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti (PP-PE), e do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), o governo não teve outra saída, senão dar-se por vencido.

No último dia do mês de março, e às pressas, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou a MP 243 (publicada no mesmo dia em edição extra *Diário Oficial da União*), que revogou os artigos 4º ao 13º da MP 232. Essa parte do texto elevava a carga tributária e retinha o IR na fonte para os produtores rurais.

Foi mantida apenas a correção de 10% da tabela progressiva do ►

IRPF, ainda defasada em 48,51%. As alterações nas faixas de rendimentos e nas deduções passam a valer para as declarações de 2006, ano-calendário 2005.

Mais tarde, no dia 5 de abril, o presidente do Senado, Renan Calheiros, decidiu prorrogar a MP 232 por mais 60 dias, a partir do dia 15 do mesmo mês (a decisão foi publicada no *Diário Oficial* da União do dia 6), porque a Casa não havia conseguido votar a matéria no prazo determinado. Entretanto, a MP acabou sendo aprovada no dia 12, apenas com a correção do IRPF, sem prejudicar a MP 243.

Já em seu artigo 1º, a MP 243 estipula um prazo de 30 dias para que os contribuintes autuados pela Receita – e que não puderam recorrer ao Conselho de Contribuintes – façam tal procedimento nesse tempo. Na MP 232, esse tópico restringia esse direito, permitindo apenas aos contribuintes com autuações acima de R\$ 50 mil, recorrer ao Conselho.

Também foi elevado para R\$ 17.560 o limite de isenção para a retenção na fonte do IR para os produtores rurais (pessoas físicas). A alíquota foi mantida em 1,5%.

Além da MP 243, o governo também acertou com os líderes partidários o envio de um projeto de lei que tratava da correção da tabela do IRPF. É bem provável que o texto do projeto proponha a cobrança na fonte de tributos para os setores de medicina, publicidade e propaganda, transporte de cargas e engenharia.

O PL também estabeleceria cobrança da CSLL sobre a variação cambial de patrimônio no exterior. Até o fechamento desta edição, o projeto ainda não havia sido enviado ao Congresso.

O triunfo da democracia

Foto: Antônio Milena/ABr



O presidente da Câmara participou de ato público em apoio ao movimento

Não há a menor dúvida. Cansada de tanto pagar tributos e não ver o retorno desse dinheiro em serviços públicos de qualidade, a sociedade civil organizada, representada pela Frente Brasileira Contra a MP 232, ajudou a consolidar duas das maiores instituições deste País, no momento em que comemoramos os 20 anos da queda do regime militar: a democracia e o Congresso Nacional.

O primeiro aspecto pôde ser visto quando, em meio ao clamor geral dos contribuintes, pela primeira vez na história diferentes lideranças juntaram-se em prol de um objetivo comum: lutar contra a alta de tributos.

Por fim, ao protestar com veemência contra uma medida provisória arbitrária, e conseguir algo inédito: a participação de um presidente da Câmara dos Deputados (aliado do governo) em um ato público a favor de justiça social, o movimento elevou a essência da democracia, que emana do povo.

A MP 232, mesmo com todos os prenunciados malefícios à economia nacional conseguiu algo que a maioria das pessoas jamais imaginaria: uniu várias correntes de pensamento que, em uníssono, exigiram o fim de mais esse abuso contra o contribuinte.

A derrubada da MP 232 não se trata apenas de uma vitória da sociedade contra a fome tributária do governo, ela simboliza a manutenção dos poderes constituídos democraticamente e o im-

pedimento do autoritarismo do Estado em detrimento da sociedade.

O sucesso da Frente foi consequência não só das diversas ações promovidas nas capitais brasileiras, quando reuniram milhares de empresários. A ampla cobertura jornalística da mídia nacional, que entendeu a gravidade do tema, também foi de extrema importância.

As notícias da ‘revolta contra a derama’, como algumas lideranças chamaram o movimento, repercutiram até no exterior, com uma reportagem publicada pela influente revista semanal norte-americana *Newsweek*.

FRENTE PERMANENTE

Após a bem-sucedida empreitada contra a elevação de tributos, a Frente Brasileira Contra a MP 232 deve mesmo tornar-se permanente. A intenção é transformá-la em uma organização não-governamental (ONG), que fiscalizaria as atividades governamentais em todas as esferas de poder, no tocante ao aspecto tributário.

A idéia, manifestada pelo presidente do Sescon-SP, Antonio Marangoz, traduz o pensamento dos participantes do movimento. “Nosso objetivo é acompanhar a evolução da carga tributária, os prazos de recolhimento dos impostos, a burocracia que prejudica as empresas e monitorar os gastos públicos”, salientou.

Ataque por todos os lados

UNIÃO DAS ENTIDADES QUE COMPÕEM O MOVIMENTO CONSEGUE VITÓRIAS EM TODOS OS FLANCOS E VENCE A GUERRA CONTRA MP 232



Foto: L. Martinez

O presidente da Fenacon, Carlos José de Lima Castro (ao meio), com outras lideranças, participa de audiência da Comissão Mista

O segundo *round* da luta entre sociedade e governo começou no dia 1º de março, quando os representantes da Frente Contra a MP 232 reuniram-se para avaliar os resultados já conseguidos e alinhar novas ações estratégicas. Esse o início da fase final da guerra contra a elevação de tributos: pressionar por todos os lados e impedir qualquer mostra de reação contrária.

Menos de 24 horas depois, os primeiros resultados já surgiam, com a instalação, em Brasília, de uma Comissão Mista para analisar a MP, presidida pelo deputado Francisco Dornelles (PP-RJ). O senador Romero Jucá (PMDB-RR) e depois o deputado Carlito Merss (PT-SC) foram os relatores da matéria.

Na ocasião, o IBPT divulgou o estudo *A Falácia dos Números do Governo*, confrontando os dados oficiais. A União alegou que a cor-

reção do IRPF em 10% resultava na perda de R\$ 2,5 bilhões na arrecadação. Na verdade, esse número não atinge a metade do valor.

O estudo e a pesquisa, coordenados pelo presidente do Instituto e tributarista, Gilberto Luiz do Amaral, também foram realizados pelo professor, tributarista e contador João Eloi Oleike, pelo presidente do CRC-PR e contador, Maurício Fernando Cunha Smijtink, e pelo presidente da Fenacon, Carlos José de Lima Castro. O estudo pode ser conferido na íntegra no site do IBPT (www.ibpt.com.br).

Após essa primeira fase da Comissão Mista, o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, percebendo a força do movimento, recebeu as lideranças em seu gabinete. Mais tarde, no dia 14, o deputado consolidou sua posição pró-derrubada da MP 232, ao ir a São Paulo para participar do segundo

ato público, no Clube Esperia.

“A Câmara mudou. Não vota mais às cegas. A ordem do dia chega aos parlamentares com uma semana de antecedência. Antes, no governo FHC e nesse começo de gestão Lula, eram eles que davam a ordem para o presidente da Câmara”, declarou o parlamentar.

Durante o ato público foi anunciado o envio de um Projeto de Emenda Constitucional (PEC 371) ao Congresso, que limita o uso de MPs, de autoria do deputado federal Robson Tuma (PFL-SP), que também participou do evento.

Entre as personalidades políticas presentes estavam os deputados federais Michel Temer (presidente nacional do PMDB), Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) e Zulaiê Cobra (PSDB-SP), o senador Romeu Tuma (PFL), o vereador José Aníbal (PSDB-SP) e o ex-prefeito de São Paulo Paulo Maluf (PP-SP).

Nesse mesmo ato público, centenas de pessoas compareceram para apoiar a causa, e diversas lideranças falaram de sua indignação quanto à MP 232. Uma delas foi o presidente da Fenacon, Carlos José de Lima Castro, que rapidamente expôs o seu repúdio à elevação da carga tributária.

No último ato público promovido pela Frente, realizado no dia 30 de março, em Brasília, as lideranças fizeram uma mega-carreata pela capital federal. Ela passou pela Esplanada dos Ministérios, Congresso e Palácio do Planalto. Um caixão, simbolizando o enterro da MP, foi carregado pelos participantes. No dia seguinte, o governo anunciou a edição de nova MP, revogando parte da 232 e mantendo apenas o benefício da correção da tabela do IR. ☉

CRÔNICA DE UMA DERRUBADA ANUNCIADA

Calada da noite do dia 30 de dezembro de 2004, último dia útil do ano – Editada a MP 232. **3/1/2005** – Publicação no D.O.U.

12/1 – Em Curitiba (PR), o IBPT e o CRC-PR criam a Frente Brasileira Contra a MP 232, que recebe imediato apoio da Fenacor e do Sescon-SP, representando o Fórum Permanente em Defesa do Setor de Serviços.

27/1 – Com a adesão da ACSP, da OAB-SP e de dezenas de entidades, a Frente define novas estratégias em São Paulo.

15/2 – É realizado o primeiro ato público contra a MP, no Clube Esperia, na Capital paulista, quando se torna público o Manifesto de Repúdio à MP 232. Na ocasião, a Frente consegue a adesão de 1.111 entidades.

22/2 – O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, se dispõe a estudar as propostas para alterar a MP 232.

1º/3 - As entidades integrantes da Frente avaliam as ações desenvolvidas e aprovam novas iniciativas para conseguir a rejeição da MP, que entraria em vigor também neste dia.

2/3 – Líderes da Frente reúnem-se com a Comissão Mista da Câmara dos Deputados e do Senado, para debater a MP 232.

9/3 – Severino Cavalcanti encontra-se com os líderes dos partidos com representação na Câmara e com as lideranças da Frente. O deputado Carlito Merss (PT-SC) assume a relatoria da matéria.

11/3 – Atos públicos em Florianópolis (SC). **14/3** – São Paulo. Severino Cavalcanti participa da manifestação e promete total apoio à rejeição da Medida. **16/3** – Recife (PE). **17/3** – Salvador (BA). **18/3** – Porto Alegre (RS) e Belém (PA).

21/3 – Fortaleza (CE). Também no dia 21, é realizada entrevista coletiva na sede do Jockey Clube, com a participação do presidente do Senado, Renan Calheiros. A Frente reitera que não aceita as mudanças propostas pelo governo.

29/3 – Ato público em Brasília (DF). Prevendo derrota na votação, o governo admite desistir da MP, e se compromete a enviar, em até 15 dias (o que não aconteceu), um projeto de lei em caráter de urgência para garantir a correção da tabela do IRPF em 10%.

30/3 – A Frente promove uma carreata que passa pela Esplanada dos Ministérios, Congresso e Palácio do Planalto. Um caixão, simbolizando o enterro da MP, é carregado pelos participantes. O governo obstrui a votação da MP e a matéria volta ao plenário no dia seguinte.

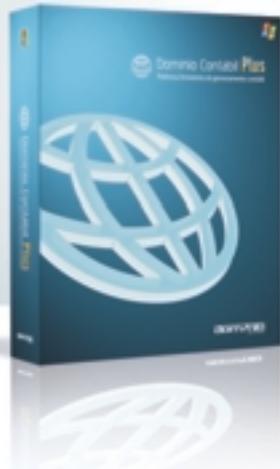
31/3 – O governo anuncia a manutenção da correção da tabela do IRPF. O restante do texto foi revogado pela MP 243, publicada nesta mesma data, em edição extra do *Diário Oficial* da União.

4/4 – Sem um consenso sobre a votação da MP 232, Calheiros posterga a votação em 60 dias, a partir de 15 de abril.

12/4 – A MP 232 é aprovada na Câmara, mas apenas com a correção de 10% do IRPF.

Fonte: Reportagem

NOVA VERSÃO DOMÍNIO CONTÁBIL PLUS 7. MAIS EFICIENTE, AMIGÁVEL E INTELIGENTE.



A Domínio acaba de lançar a nova versão Domínio Contábil Plus 7. Novos módulos e interface mais atraente. Tudo para agilizar e facilitar o dia-a-dia de sua empresa.



domínio
SISTEMAS

www.dominiosistemas.com.br
Informações comerciais: 0800 645 4004

As duas faces da Lei SOx

JOHN EVANS, ESPECIALISTA NORTE-AMERICANO EM CONTABILIDADE, DIZ QUE A CRIAÇÃO DE RÍGIDOS MECANISMOS CONTRA FRAUDES CONTÁBEIS TROUXE MAIS SEGURANÇA AO MERCADO, DA MESMA FORMA QUE ELEVOU OS CUSTOS OPERACIONAIS DAS COMPANHIAS

Três anos após a adoção da Lei Sarbanes-Oxley, legislação elaborada nos Estados Unidos que impôs regras contábeis mais severas às companhias, as organizações ainda continuam se adequando. O objetivo da SOx, como é conhecida, é evitar fraudes contábeis-financeiras como as registradas em grandes corporações como Enron e WorldCom, entre outras.

O prazo para cumprir as determinações acaba no dia 15 de julho, e boa parte das empresas dá demonstrações de que precisará de um tempo mais elástico para terminar as adaptações. É um processo que demanda investimentos pesados, principalmente em pessoal e em *softwares* apropriados, por exemplo.

Em meio a esse processo, um fato, porém, salta aos olhos: as empresas estão adotando procedimentos internos com a intenção de mostrarem-se mais transparentes à sociedade e aos investidores. É a chamada governança corporativa.

O professor da Universidade de Pittsburgh (Pensilvânia) John Evans, Ph.D. em Contabilidade, economista e docente com atuação em Contabilidade Gerencial e Contabilidade Financeira na Área da Saúde, esteve pela primeira vez no Brasil, em meados de março, quando ministrou aulas no MBA Executive da Universidade de Pittsburgh no Brasil, com sede na Câmara Americana de Comércio de São Paulo (Amcham).

Fotos: Luciano Guinardos



O especialista destaca-se por ter sido o responsável por um programa de auxílio a pessoas que se aposentavam da carreira militar nos EUA, tendo atuado na Secretaria de Defesa e no Pentágono. Atualmente, ele divide seu tempo entre aulas, palestras, pesquisas em Contabilidade e atua como editor-assistente nas publicações: *The Accounting Review* e *The Journal of Accounting Literature*, além de fazer parte do conselho editorial do *The Journal of Management Accounting Research*. A seguir, confira a entrevista exclusiva concedida a Fenacon em Serviços.

A Lei Sarbanes-Oxley, editada após os escândalos financeiros-contábeis envolvendo companhias como Enron, WorldCom, Adelphia, Tyco e Xerox, está completando três anos. Que análise o senhor faz desse período de adequações à legislação, no qual as empresas passaram a se preocupar mais com a transparência de suas atividades financeiras?

John Evans – A nova lei precisa ser analisada sob dois aspectos: o custo e o benefício. O primeiro é questionável, uma vez que as empresas foram obrigadas a gas-

tar dinheiro para adequar-se, contratando pessoas especializadas, trazendo gente das universidades, traçando estratégias. Não posso afirmar o quanto a Sarbanes-Oxley gerou de custos para as empresas, mas não foi pouco.

Entretanto, sob o ponto de vista contábil, ela só trouxe benefícios. Com a nova legislação, as companhias tiveram de ficar mais alertas ao que acontece em seus departamentos contábeis. Agora, eles são obrigados a agir com mais cuidado na hora de tomar decisões.

Hoje, há dezenas de executivos que pensam duas vezes antes de aceitar fazer parte de um conselho de administração, pois têm medo do rigor da lei, uma vez que passam a ser co-responsáveis pelos atos da diretoria executiva.

A lei é muito rigorosa. As análises contábeis precisam ser muito bem elaboradas, pois qualquer divergência nos números poderá causar grandes problemas. Até mesmo os comitês de auditoria externa e interna passaram a ficar mais atentos ao que está acontecendo dentro das empresas.

Do ponto de vista contábil, como o senhor analisa a SOx, especialmente por se tratar de uma legislação de alcance global, que atinge diretamente as empresas que negociam ações ADRs (*American Depositary Receipts*) nas bolsas dos EUA e as que exportam para o mercado norte-americano? Só no Brasil, 37 companhias estão nessa situação.

Evans – As empresas passaram

“ Com a nova legislação, as companhias tiveram de ficar mais alertas ao que acontece em seus departamentos contábeis ”

a buscar a transparência, conhecida mundialmente como governança corporativa. Entretanto, as companhias não parecem estar entusiasmadas, inclusive as brasileiras, com esse detalhe, pois, como mencionei antes, a adequação está gerando muitos custos.

Há ainda outro problema: a lei, por ser global, é vista como uma ingerência sobre o funcionamento das companhias, uma vez que elas são obrigadas a se adequar. É como se um dia o seu vizinho fosse à sua casa e começasse a dar palpites em sua vida. A lei impõe barreiras, mas há sempre quem possa usar de influência para conseguir o que quer.

Há algum aspecto negativo na SOx, ou algo que tenha sido esquecido pelos legisladores?

Evans – Acho que ela foi aprovada muito rapidamente, sem uma discussão pública. Isso foi provocado por causa dos escândalos financeiros da Enron e da World-Com, e como havia uma forte pressão política, os legisladores acharam melhor que a lei fosse aprovada logo. Em função dessa pressa esqueceram de verificar se os mecanismos já existentes bastavam para evitar as fraudes.

Era preciso fazer um levantamento para saber se o sistema contábil, como um todo, estava deficiente, e porque as pessoas com cargos mais baixos deixaram subjugados pelos CFOs [*chief financial officer*]

cer, nome mais sofisticado para diretor de finanças].

Por outro lado, a legislação torna o controle das hierarquias uma realidade, pois quem ocupa cargos na base da pirâmide pode, ao tomar conhecimento de qualquer problema, recusar-se a fazer determinado procedimento, pois, se assim ocorrer, ele também será penalizado.

A Sarbanes-Oxley é uma lei protecionista, economicamente falando. Existiu alguma intenção dos legisladores para que ela fosse assim?

Evans – Acredito que não houve intenção do legislador de deixar a lei com este sentido, apesar que, devo confessar, ela vai além do aspecto contábil, chegando mesmo a ter um cunho político-econômico. O protecionismo econômico existe, mas ele é só um dos reflexos da Sarbanes-Oxley.

Após a lei, registrou-se uma expansão das auditorias independentes. Houve algum tipo de lobby no Congresso para aprovação da legislação?

Como está esse mercado hoje?

Evans – Também acho que não houve pressão de lobistas, pois o tempo entre a edição e aprovação da lei foi muito pequeno. Um fato é que as auditorias independentes, que já ganhavam rios de dinheiro, passaram a faturar ainda mais. É cada vez maior a demanda pelas auditorias externas. Além disso, houve uma corrida por cursos de Contabilidade e de Auditoria, porque as empresas passaram a recrutar gente qualificada nas universidades.

Qual foi o primeiro impacto que a lei teve nos EUA e, em seguida, nos outros países?

Evans – A legislação tornou as ►

regras contábeis mais rígidas. A própria eleição em conselhos de administração das companhias e as tomadas de decisões passaram a ser acompanhadas por auditores externos, que procuram por qualquer pista que leve a um caso de fraude por parte do conselho de administração, como aconteceu no passado.

A uniformização dos padrões contábeis, que está em curso no mundo todo, é um mecanismo inevitável. O que o senhor pensa dessa padronização? Em que grau ela facilitará o trabalho do contador?

Evans – A uniformização de padrões contábeis acontece ao redor do mundo, por ser necessário e, até mesmo, um reflexo da globalização. Quanto maior a padronização das regras contábeis, maior será a transparência e mais fácil será a interpretação dos números. Isso é uma clara tendência.

É óbvio que algumas empresas estrangeiras poderão abrir mão de realizar negócios nos ou com os Estados Unidos porque a “inconveniência” de ter de se sujeitar à nova legislação americana poderá não valer a pena. Além disso, as empresas que estão fora dos EUA poderiam entender que a lei resulta em uma ingerência descabida dos americanos em seus assuntos corporativos internos.

Uma recente pesquisa publicada na edição anterior da Revista Fenacon em Serviços mostrou que boa parte dos controllers e dos CFOs de grandes indústrias brasileiras não se interessa pela Contabilidade de suas empresas, ignorando a real situação da empresa com o Fisco. Como o senhor vê essa situação?



Evans – Essa é uma condição universal. É possível encontrá-la em qualquer empresa, em qualquer lugar do mundo. Essencialmente, existe uma estrutura de confiança e de credibilidade dentro da empresa. O principal executivo financeiro não pode ficar a par de tudo o que acontece na Contabilidade. É preciso que ele trabalhe com pessoas confiáveis.

O CFO precisa saber comandá-las, orientá-las, para haver uma cultura dentro da organização de tal maneira que ele possa dormir tranquilo à noite, sabendo que as pessoas agiram de determinadas maneiras, em consonância com a política de gestão da companhia.

Esse mesmo levantamento revelou que 52% desses profissionais não têm contato com a Contabilidade ou a controladoria da empresa. Uma das consequências é que 90% das indústrias pesquisadas são constantemente autuadas pelo Fisco. Isso é comum acontecer nos EUA?

Evans – A própria afirmação de que 52% dos executivos financeiros

não sabem o que acontece em suas organizações é muito difícil de interpretar. Mas, por esses números trata-se de um quadro preocupante. Se um CFO não puder responder que tipo de lançamentos uma filial faz, não há problema.

Ninguém é conhecedor universal de tudo. Agora, se esse CFO não puder convencer as pessoas sobre a veracidade dos números de sua companhia, aí teríamos um grande problema. Já em relação à porcentagem de 90% de autuações, isso não assusta, pois o Fisco nos EUA também é muito atuante.

Como é a formação do contador e do auditor norte-americano?

Evans – Nos EUA, para o contador exercer a profissão, ele precisa ter *Certificate Public Accounting* (contador com reconhecimento oficial). A certificação é outorgada pelo Estado da federação norte-americana. A formação na graduação é de quatro anos. A maioria das pessoas é egressa da área de administração de empresas. Alguns estados passaram a exigir um quinto ano universitário, para que o estudante desenvolva habilidades de comunicação, relacionamento e redação.

O candidato a essa certificação tem de satisfazer exigências educacionais e de experiência. Há o curso de Contabilidade com pelo menos 24 horas de créditos e dois anos de experiência. O candidato é submetido a um exame oficial. Historicamente, apenas 15% dos candidatos são aprovados. A profissão de contador é muito respeitada nos EUA. Para uma pessoa galgar posições nas companhias, é imprescindível que ela tenha o certificado. ►

No Brasil, normas, medidas provisórias e decretos são editados praticamente todos os dias. Em geral, o contador gasta grande parte de seu tempo se atualizando. Nos EUA, como funciona esse expediente por parte do governo?

Evans – Lá, como aqui, surgem novas leis, normas e interpretações o tempo inteiro. Nos últimos cinco anos houve muitas mudanças legislativas principalmente nas áreas de pensões e derivativos. Sempre há legislações novas, verdadeiros compêndios, às vezes com 400, 500 páginas. Mesmo eu, que sou Ph.D. em Contabilidade, levo muito tempo para processar todas essas novas informações.

“A uniformização de padrões contábeis acontece ao redor do mundo, por ser necessário e, até mesmo, um reflexo da globalização.”

De modo geral, como o senhor vê a Contabilidade neste começo de século? É possível projetar um futuro para a profissão? Quais as especialidades mais promissoras?

Evans – Acho que haverá uma intensificação mundial da unificação dos padrões contábeis. Um

segundo aspecto que sobressairá é a questão de como classificar e quantificar os ativos intangíveis, como capital humano e conhecimento, que são valores para uma empresa.

Está havendo uma preocupação crescente para encontrar mecanismos para aferir esses valores intangíveis, o que acontecerá em breve. A Contabilidade também está sendo mais valorizada, em sua essência original, com o profissional tendo um valor intrínseco maior para a sociedade.

Colaboração: Benno Kialka, Linkwork Tradutores & Intérpretes Associados



25 DE ABRIL DIA DO CONTABILISTA

A Mastermaq parabeniza os contabilistas do Brasil pela sua dedicação e contribuição na construção de um país melhor.

Mastermaq
13 anos com você.



Os justos também pagam

INSTRUÇÃO NORMATIVA CRIADA PARA COIBIR FRAUDES NA CESSÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS PENALIZA CONTRIBUINTES IDÔNEOS COM MAIS BUROCRACIA

A intenção da Receita Federal é louvável e necessária: combater fraudes na cessão de créditos tributários por medidas judiciais, que chegam a R\$ 3,2 bilhões por ano. Já as consequências para o contribuinte idôneo, uma tragédia: mais burocracia.

Esse duplo efeito é atribuído à Instrução Normativa 517/05 (artigo 3º), baixada no dia 25 de fevereiro e publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) do dia 1º de março. A nova legislação obriga empresas e pessoas físicas com direito a receber os créditos tributários a enviar uma série de documentos à Secretaria Receita Federal comprovando o crédito.

Só assim, a Declaração de Compensação, o Pedido Eletrônico de Restituição e o Pedido Eletrônico de Ressarcimento serão recepcionados pela da Receita Federal. A partir disso, o Fisco terá 30 dias (contados do momento da protocolização do pedido ou da cessação das pendências) para analisar o caso, cedendo o crédito apenas após este processo.

O próprio secretário-adjunto da Receita, Paulo Ricardo de Souza Cardoso, admite que a Instrução Normativa 517/05 aumentou a burocracia para a cessão dos créditos, mas foi necessária para combater as fraudes.

“Entre burocratizar e salvaguardar os cofres públicos, nós preferimos a segunda opção. In-

felizmente os 30% que agiram corretamente terão de pagar pelos 70% que burlavam a lei. Até agora, mais de R\$ 2 bilhões foram cancelados”, conta.

Segundo Paulo Ricardo, antes da IN, a empresa era obrigada a apresentar documentação, muitas vezes extensa. “Um auditor tinha de ler tudo para dar um parecer, que fazia parte de um processo demorado, ocupando muitas pessoas. A partir da informatização do sistema, foi possível cruzar os dados para achar estas irregularidades”, explica.

Além de decisões com julgamento com recurso cabível, a Receita Federal ainda detectou algumas que cediam créditos para quem não era reclamante e até mesmo a inexistência de tais decisões judiciais.

Com a informática como aliada, a empresa ou pessoa física com direito aos créditos tinha apenas que informá-los pela *Internet*, indicando o número do processo e o valor do crédito, que era debitado imediatamente dos tributos a serem pagos.

A modificação trazida pela IN 517/05 tenta barrar as fraudes da seguinte maneira: quem alegar ter créditos a compensar, através de



Para Haidar, Instrução Normativa apresenta vários aspectos de irregularidades. O País, analisa, estaria vivendo em uma ditadura fiscal.

decisões na Justiça, terá de levar à Secretaria da Receita Federal documentos comprobatórios, para mostrar que o autor do processo é o mesmo que receberá o crédito e que a decisão está transitada em julgado (sem mais possibilidade de recorrer). ►



A especialista da IOB Thomson Maria Carolina ressalta que o contribuinte terá de provar em duplicidade seus direitos, o que afronta o bom senso

“A IN 517 apresenta várias irregularidades. A primeira é pretender criar restrições ao uso de créditos já reconhecidos por decisão transitada em julgado. Não cabe ao Fisco interpretar ou reexaminar

deixam de exigir o imediato cumprimento de sua ordem. Uma ordem judicial, ainda que absurda, só pode ser corrigida por outra ordem judicial de instância superior. Isso se chama Estado Democrático de

decisões judiciais. Faz algum tempo que a Receita vem adotando uma postura cada vez mais desrespeitosa às decisões judiciais”, argumenta o advogado tributarista Raul Haidar, especialista em ICMS, ISS e Imposto de Renda.

“Há inúmeros casos de autoridades fazendárias que procuram não cumprir tais decisões, sob os mais diversos argumentos. E, lamentavelmente, muitos juízes omitem-se e

Direito. Quando um juiz toma conhecimento de desobediência a uma ordem e se omite, se acovarda, não se manifesta, contribui para a desmoralização do Judiciário, o que interessa a todas as ditaduras. E, estamos hoje, vivendo uma ditadura fiscalista”, afirma o advogado.

Seguindo a mesma linha de pensamento, Maria Carolina de Almeida, coordenadora da Consultoria de Impostos Indiretos da IOB Thomson, diz que a nova Instrução Normativa penaliza severamente o contribuinte, pois ele é forçado a provar em duplidade seus direitos. “Todas as medidas cabíveis devem ser tomadas para coibir os fraudadores, desde que não penalizem o contribuinte idôneo com a burocracia exacerbada.”

Para Maria Carolina, o fato de apenas os números relativos às fraudes serem fornecidos pela Receita Federal, impede o acompanhamento de quaisquer outras estatísticas sobre o assunto.

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A SOLICITAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

- 1.** Formulário – Pedido de Habilitação de Crédito Reconhecido por Decisão Judicial Transitada em Julgado, constante do Anexo Único da Instrução Normativa 517/05, devidamente preenchido.
- 2.** Certidão de inteiro teor do processo expedida pela Justiça Federal, comprovando quem é o detentor do crédito tributário.
- 3.** Quando se tratar de pessoa jurídica, a cópia do contrato social ou do estatuto acompanhada, conforme o caso, da última alteração contratual em que houve mudança da administração ou da ata da assembleia que elegeu a diretoria.
- 4.** A cópia do documento comprobatório da representação legal e do documento de identidade do representante, na hipótese de pedido de habilitação do crédito formulado por representante legal do sujeito passivo.
- 5.** A procuração conferida por instrumento público ou particular e cópia do documento de identidade do outorgado, na hipótese de pedido de habilitação formulado por mandatário do sujeito passivo.

Fontes: IN 517/05 e Maria Clara de Almeida

Responsabilidade e remuneração profissional do contabilista

ANTÔNIO LOPES DE SÁ (*)

Avalanche de exigências burocráticas, na atualidade, tem afastado muitos profissionais da função de relevância, que é a da orientação dos clientes para a eficácia dos negócios. Tal fato representa um grande prejuízo para a produção nacional, para a sociedade e atinge, também, individualmente, a qualidade do trabalho.

Se por um lado é possível culpar-se o Estado (e como é possível), por outro, também, é preciso considerar a responsabilidade do prestador de serviços. Dos estudos que procedi sobre o insucesso dos negócios, cheguei à conclusão de que mais de 60% ocorreu por falta de competência na gestão patrimonial. O insucesso é fruto de ineficácia. A eficácia constante é que gera a prosperidade.

Todavia, assim como um médico recebe a remuneração para o doente, prescrevendo tratamentos e remédios, o contador tem o dever de estabelecer modelos de comportamentos para que exista uma harmoniosa combinação entre o que é investido e o que é remunerado em razão do investimento.

O doente pode deixar de tomar os medicamentos e não sarar, como o empresário pode não seguir o que aconselha o contabilista, mas, a res-

(...) Dos estudos que procedi sobre o insucesso dos negócios, cheguei à conclusão de que mais de 60% ocorreu por falta de competência na gestão patrimonial. (...)

ponsabilidade do profissional será sempre a de oferecer a orientação.

Alguns colegas alegam que a remuneração que recebem não compensa o trabalho de fazer análises e estudos, mas deixam de refletir que se ganham pouco é porque a utilidade do trabalho que prestam não está a altura de melhor honorário.

Por toda a minha vida profissional de já quase 60 anos ininterruptos, jamais deixei de observar, em primeiro plano, a minha responsabilidade. Jamais, também, deixei de ter plena compensação, pois, tão logo o empresário percebia o êxito do que eu sugeria, ficava contente em bem pagar pelos trabalhos.

O preço de um serviço tem tudo a ver com a qualidade do mes-

mo. Entendo que o balancete entregue a cada mês, como informação sobre o andamento dos negócios, o cumprimento das exigências fiscais, são coisas importantes, mas não suprem a totalidade do dever ético que é o de explicar como caminha a empresa.

Os contabilistas, tradicionalmente, sempre foram homens de confiança dos empresários, alguns se tornaram até sócios destes e, inclusive, dirigentes. Os exemplos, ao longo da história são inúmeros.

Hoje, diante das inovações tecnológicas, da mudança de comportamento dos mercados, da acendrada concorrência, mais que nunca se faz necessária a atuação ativa do profissional da Contabilidade, como fator de prosperidade social que ele é.

A doutrina da Contabilidade oferece um poderoso instrumento de produção de modelos de eficácia. No livro que estou lançando agora pela Editora Juruá, sob o título: *A Moderna Análise de Balanço ao Alcance de Todos*, ofereço muitos dos modelos referidos e, também, advertências sobre como entender melhor muitos dos indicadores que, embora tradicionais, não correspondem, todavia, ao que é necessário para entender a realidade das empre-►

sas (como são os casos da liquidez e da rentabilidade).

Admito, como dever nosso, analisar as peças contábeis e de concluir sobre as mesmas. Se os dados que nos chegam são insuficientes, necessário será que outros mais solicitemos; se falaciosos, todavia, a responsabilidade das conclusões equivocadas não será, no caso, nossa.

O fato dos que contratam os serviços contábeis não compreenderem tudo sobre o que podem desafiar requerer, não exime o contabilista da responsabilidade ética de oferecer a máxima utilidade e de convencer o cliente a aceitar as orientações técnicas.

O profissional, ao ter registrado, informado e cumprido as exigências fiscais, não significa que



Foto: Divulgação

bro que omitir opinião sobre situações patrimoniais é o mesmo que ao requerer a um médico seus serviços sobre o tratamento de dores estomacais, ele, após fazer o exame, ao receber as análises, ocultar o que tenha descoberto sobre funções renais.

O que nosso *Código de Ética* impõe sobre a diligência, entendo, inclui a totalidade da função que podemos desempenhar e não apenas a que nos é requerida.

preencheu todas as obrigações de seu dever ético.

Ainda que o contrato de serviços determine que só as funções referidas serão as requeridas, havendo proteção legal ao desempenho, jamais, todavia, ocorrerá a moral.

Novamente, por analogia, lem-

(*) Antônio Lopes de Sá é contador, auditor, consultor, pesquisador e escritor (com mais de 170 obras publicadas no Brasil e no exterior), além de ser detentor da medalha “Mérito Contábil João Lyra” (1995)

Produza mais com o software Integratto Contábil



Veja demonstração online em
www.nasajon.com.br

CONTABILIDADE

- Acesso a exercícios anteriores.
- Segunda moeda.
- Plano de contas contábil e gerencial.
- Gráfico de orçado/realizado.
- Controle de patrimônio.
- DOAR/LALUR.

ESCRITA FISCAL

- Lançamentos fiscais de ajustes.
- Emissão do REMAS e RAPIS.
- Exportação para o SINTEGRA.

FOLHA DE PAGAMENTO

- RAIS, DIRF, CAGED GFIP e outros.
- Ficha com foto do funcionário.
- Rápida inserção de folhas anteriores.

RECURSOS HUMANOS

- Recrutamento, seleção e treinamento.
- Avaliação de desempenho e benefícios.

22
Anos



NASAJON
SISTEMAS

www.nasajon.com.br - Rio de Janeiro: (21) 2213-9310 - Demais localidades: 0800 217070

Planejamento fiscal pode reduzir custos nas MPEs

WILIAM WAGNER SILVA SARANDY (*)

Contrariamente ao que inicialmente se supõe, as micro e pequenas empresas, como as demais empresas do País, estão sujeitas a uma grande quantidade de tributos, observadas as especificidades de suas atividades e a legislação aplicável, mesmo aquelas optantes pelo Sistema Simplificado de Pagamento de Impostos e Contribuições da Micro-empresa e da Empresa de Pequeno Porte (Simples) ou amparadas por legislações próprias dos Estados e dos municípios.

Podemos conceituar planejamento tributário como o conjunto de procedimentos legais que visam a eliminação ou a redução do custo dos empreendimentos com o pagamento de tributos, adequando-o às normas gerais de Direito Tributário e observando a importância das projeções contábeis e financeiras para a melhor tomada de decisões.

“...o contribuinte poderá promover estudos para viabilizar maior economia fiscal ao seu empreendimento, tendo como suporte os favores e as falhas da legislação tributária...”

tos, com fundamento na legislação vigente, enquanto o primeiro age de forma a fraudar ou dissimular operações, após o nascimento da obrigação tributária.

Os procedimentos legais que procuram trazer maior economia fiscal, entretanto, devem observar algumas diretrizes que visam orientar criticamente os fundamentos teóricos do planejamento tributário, respaldando-o: em estudos das regras-matrizes dos tributos vigentes, amparadas nos ditames da Constituição Federal; nos atos praticados antes da ocorrência do fato gerador do tributo, que possibilitem uma maior economia fiscal, observada a legislação vigente; e em projeções contábeis e financeiras, utilizando-se dos diversos regimes previstos para a tributação das empresas, independentemente do seu porte.

Observada a licitude dos atos praticados, antes da ocorrência do fato gerador do tributo, o contribuinte poderá promover estudos para viabilizar maior economia fiscal ao seu empreendimento, tendo como suporte os favores e as falhas da legislação tributária, bem como verificar, por projeções, se será mais vantajosa a tributação por outros regimes tributários, em âmbito federal, estadual e municipal, além das disposições da legislação trabalhista e previdenciária.

À guisa de exemplo, sem a intenção de esgotar o assunto, resu-



mimos alguns critérios para a definição da melhor projeção fiscal a ser adotada: preferir a distribuição de lucro ao invés da retirada pró-labore; escolher o melhor regime de tributação para a empresa, independentemente de seu porte; e para as empresas impedidas de optarem pelo Simples, apurar o ponto de equilíbrio de tributação, observando que para maiores custos e despesas, optar pelo lucro real e para menores custos e despesas, optar pelo lucro presumido.

EMPRESAS OPTANTES PELO SIMPLES

A legislação tributária, pertinente às micro e pequenas empresas, nas esferas federal, estadual e municipal, é constituída por atos legais que visam simplificar a apuração e recolhimento de impostos e contribuições, obrigações acessórias, bem como os procedimentos de fiscalização, sem, contudo, as isentarem totalmente.

Em âmbito federal, temos o Simples, mas, deve-se ressaltar, essa legislação não abrange a totalidade dos tributos vigentes e, apesar de possibilitar a unificação do recolhimento do ICMS e do ISS, os Estados e os municípios, em sua grande maioria, vêm adotando legislações próprias para a

Foto: Divulgação



simplificação da tributação das microempresas e empresas de pequeno porte estabelecidas em seus territórios.

É interessante observar, entretanto, que no Simples a variação da carga tributária tende a ser maior do que a evolução da receita bruta, podendo, inclusive, haver queda no faturamento em um mês, mas devido ao acúmulo da receita bruta durante o ano e respectiva mudança de faixa de tributação, a carga tributária ser maior.

Observa-se, deste modo, que o planejamento tributário não está desvinculado do planejamento financeiro, bem como está intimamente ligado ao controle dos custos e à formação do preço de venda dos bens ou serviços do empreendimento. Além disso, pressupõe uma adequada contabilização e es-

crituração das transações, com documentação idônea.

Os demais tributos vigentes no País, por sua vez, são devidos conforme o que dispuser a legislação para as operações específicas realizadas pelas empresas em geral, inclusive as de micro e pequeno porte.

As informações apresentadas acima são básicas e gerais, visando apenas sensibilizar quanto à importância do planejamento fiscal para as micros e as pequenas empresas e direcionar o raciocínio da projeção de apuração dos tributos vigentes, devendo a empresa, para um efetivo planejamento tributário se assegurar do máximo possível de dados e análise da legislação, observando cada caso em particular, antes de uma tomada de decisão, adequando o planejamento fiscal ao seu planejamento estratégico e financeiro.

(*) Wiliam Wagner Silva Sarandy, contador, consultor tributário no Estado do Espírito Santo e pós-graduado em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários (Ibet), é sócio-administrador da Sénior Consultoria e Planejamento Tributário S/S Ltda. e comentarista de ICMS da FISCOsoft Editora Ltda.



FISCOsoft On Line - Informações Fiscais e Legais na Internet

Acesse www.fiscosoft.com.br/fenacon
e cadastre-se para receber, gratuitamente, nossas Resenhas Semanais.

Fone/Fax: (11) 3214-5800

Evite jogar dinheiro pelo ralo. Economize.

CORTE DE DESPESAS DESNECESSÁRIAS PODE REDUZIR OS GASTOS DO ESCRITÓRIO CONTÁBIL EM ATÉ 20%

Caso 1. Faz algum tempo, o proprietário de um determinado banco fechou questão: “vamos cortar gastos”. Entre os itens a serem economizados estava o papel de escritório, fruto de desperdício sem precedentes para a instituição. Após um estudo criterioso traçou-se a estratégia: adequar as máquinas da gráfica ao padrão das bobinas de papel, de modo que o corte dos impressos fosse tão preciso que não houvesse sobras, e substituir, em alguns casos, um impresso extraído em duas ou três vias por outro, em apenas uma via. Conclusão do procedimento: 20% de economia.

Caso 2. Uma empresa, no exterior, estava com problemas de custos excessivos com o serviço terceirizado de limpeza. Após um levantamento da área e dos tipos de pisos para serem limpos diariamente, dos produtos utilizados para a tarefa e do tempo (hora/homem) para realizar o trabalho, verificou-se a seguinte situação: as contas deste item não fechavam. Para que isso acontecesse era preciso que a recepção da empresa, de 15 metros quadrados, fosse limpa 48 vezes por dia. Conclusão: o serviço de limpeza passou a ser melhor realizado conforme as necessidades do contratante.

Caso 3. Na época do grande apagão, em 2000, uma empresa achou necessário fazer um *leasing* de um gerador de energia movido a

Foto: Divulgação



Macedo: historicamente, as empresas conseguem até 20% de economia em cada categoria de gasto

diesel. A companhia tinha horários peculiares para o uso do equipamento. Entretanto, passou a conviver com um dilema: se deixasse o gerador parado, teria de gastar com manutenção; se colocasse a máquina para funcionar, gastaria mais com combustível. Depois de um estudo, observou-se ser mais vantajosa a segunda opção. Conclusão: a despesa com diesel em relação à energia elétrica contratada foi 20% menor. Some-se a isso o fato de a potência do gerador ser compatível com as necessidades da empresa.

Os três exemplos acima revelam bem que os gastos desnecessários são produzidos por diversas

fontes. Há várias formas de o dinheiro descer pelo ralo: pessoal (excesso de retrabalho), energia elétrica (lâmpadas ligadas onde não há tarefas sendo realizadas), água (usar a potável para lavar calçada), telefonia (ligações em horários com custos elevados e a falta de adesão a um pacote de tarifas mais baratas), serviços terceirizados (contratação sem a avaliação da real necessidade), entre outros. (*Confira na página 20 algumas dicas do que fazer para reduzir gastos*).

Cortar gastos desnecessários, em muitos casos, é sinônimo de mudança da cultura empresarial, arraigada dentro do próprio quadro funcional. São vícios que perduram por anos, às vezes décadas, na estrutura da companhia, que precisam ser extirpados. Nem sempre é fácil.

“O ideal é equalizar a real necessidade da empresa com o desembolso de caixa. É preciso encontrar a raiz do gasto”, salienta Fernando Macedo, diretor executivo da *Expense Reduction Analysts* (E.R.A.) – Brasil, empresa especializada na prestação de serviços de consultoria em redução de custos operacionais, presente em 25 países e que conta com dezenas de contadores em sua base de representantes.

“Historicamente, de acordo com nossa experiência, é possível obter uma economia de até 20% em cada categoria de gasto, como água,▶

energia elétrica, serviços terceirizados, telefonia, viagens, seguros, entre outros aspectos. Agimos de forma a fazer com que o cliente deixe de lado preocupações como essas e passe a cuidar especificamente do andamento de seus negócios, sua principal função. Não entramos no mérito de corte de pessoal, pois não é essa a nossa função”, ilustra.

Essa mesma visão é compartilhada pelo professor e contador Antonio Lopes de Sá, autor da proposta mencionada no **Caso 1**. “Só a partir das mudanças implementadas pela nova sistemática, o banco ao qual prestei assistência consegui economizar uma soma expressiva de dinheiro em razão do grande volume de impressos produzidos para atender à demanda.”

E ele diz mais: “é possível realizar processo semelhante em qualquer escritório contábil”. Levando-se em conta que há pouco mais de 67 mil organizações contábeis no



Gildo: deve haver uma conscientização da necessidade de redução de custos

Brasil ligadas aos Sescons e aos Sescaps, das quais cerca de 40 mil estão só no Estado de São Paulo, a economia global em todo sistema será monstruosa.

MUDANÇAS

Segundo Macedo, a E.R.A. fornece ao cliente um relatório técnico completo sobre os gastos operacionais – sem se envolver com a atividade fim da companhia –, com números que retratam onde cortar

custos desnecessários.

“Após elaborarmos esse documento, passamos a monitorar e supervisionar o andamento do processo por 18 meses. Em média, nosso trabalho envolve de quatro a cinco categorias de gasto por cliente”, ressalta.

No caso dos funcionários, é essencial que haja uma campanha interna para explicar como serão as mudanças de rotina, mostrando ao pessoal que as modificações acarretarão benefícios para eles mesmos e para a empresa.

O método de trabalho da multinacional trata de minimizar custos sem reduzir pessoal. A empresa revisa e analisa detalhadamente faturas, notas fiscais, comprovantes, contratos e procedimentos de compra.

Dessa forma, consegue identificar as demandas reais da empresa e definir as especificações e objetivos do projeto de acordo com

SINTOMAS QUE INDICAM NECESSIDADE DE REDUZIR CUSTOS

- 1.** A margem de contribuição está sendo sempre sacrificada, mesmo que suas metas venham sendo atingidas.
- 2.** A empresa percebe que consome mais tempo do que deveria com a gestão de seu passivo do que com novos negócios, pesquisa e desenvolvimento e/ou com clientes.
- 3.** Ter o incômodo sentimento de que a sua conta de seguros é um obstáculo para atingir os resultados projetados.
- 4.** Em dado período a sua produção não cresce, ou até recua, mas constata que aumentam os gastos operacionais (água, energia, gás, etc.).
- 5.** Seus gastos com manutenção corretiva são sempre maiores que as de manutenção preventiva. E o pior: não tem como medir isso.
- 6.** No seu dia-a-dia tem a nítida impressão de que usou menos o telefone, mas a conta continua alta
- 7.** Tem crises de autoquestionamento do quanto cada um de seus colaboradores efetivamente agrega valor ao seu negócio.
- 8.** Não se importa com a compra de uma caixa a mais de canetas ou de cliques, pois é um assunto muito insignificante para você se preocupar.
- 9.** Tem a falsa ilusão que retirar algumas lâmpadas e rationar o papel higiênico por si só resolverão todos os seus problemas.
- 10.** Acredita que, atingindo as metas, não necessita revisar nada.

Fonte: Expense Reduction Analysts (E.R.A.) – Brasil

as necessidades do cliente.

Para o empresário contábil e conselheiro do CRC-SP Gildo Freire de Araújo, que já implantou medidas em sua organização para cortar gastos, com a redução na utilização de papel e do tempo neces-

sário na execução dos trabalhos, foram conseguidos resultados positivos, principalmente com a participação dos colaboradores.

“Há casos em que recomendo corte imediato, seguida pela conscientização da necessidade efetiva

de redução. Hoje não temos liberdade de repassar preços, devemos ter qualidade, maior eficiência e menor preço. É uma equação difícil de se montar. Imagine se o empresário não tomar conta desse processo, onde ele irá parar?!””, alerta. ☺

COMO GASTAR MENOS NO ESCRITÓRIO

Telefone

■ Antes de telefonar para um cliente, faça um *check-list* com todos os assuntos que serão tratados, para não precisar ligar novamente.

■ Procure saber os valores das tarifas das operadoras, das promoções que oferecem para empresas, e veja em qual seu escritório melhor se enquadra.

■ Use *e-mail* ou programas de mensagem instantânea, como *Messenger* ou *ICQ*, pois são gratuitos.

■ Evite a *Internet* de banda estreita (discada). Por ser instável e cair a toda hora, é mais dispendioso para a empresa, uma vez que o contador precisa sempre consultar *sites* oficiais e buscar informações sobre tributos, leis, MPs, INs, etc.

■ Prefira a *Internet* de banda larga. Confira com a companhia telefônica os preços dos pacotes, os provedores disponíveis, as promoções de adesão, etc. No fim das contas, a economia saltará aos olhos.

Energia elétrica

■ Substitua as lâmpadas incandescentes (100 watts, por exemplo) por fluorescentes (40 watts), que além de não esquentarem o ambiente, gastam 60% menos energia, duram aproximadamente 14 vezes mais e aumentam a intensidade luminosa em 82%.

■ Prefira luminárias com acabamento niquelado, pois ele reflete melhor a luz, aumentando em até 20% a iluminação do ambiente. Dessa forma, é até possível fazer um desligamento alternado das lâmpadas.

■ Limpe regularmente luminárias, lâmpadas e demais aparelhos de iluminação. O acúmulo de pó reduzirá a iluminação do ambiente.

■ É importante que o ambiente tenha paredes de cores claras, pois elas refletem melhor a luz.

■ Uma opção muito inteligente de economia é investir em energia solar fotovoltaica, que substitui a energia convencional.

■ O escritório contábil também é um local que abriga muitos computadores. Para economizar, não use protetores de tela (*screensavers*), pois eles não deixam o monitor desligar, gastando energia quando você não está trabalhando no micro (horário de almoço ou reuniões).

■ Sempre que for sair da frente do computador, desligue manualmente o monitor (não precisa desligar a máquina toda).

■ Configure a máquina para desligar sozinha depois de algum tempo parado. O mais indicado é que o micro todo fique em “modo de espera” depois de algum tempo. Para isso, vá em “Iniciar”, “Configurações”, “Painel de controle” e “Gerenciamento de energia.”

Material de escritório

■ Papel já utilizado pode virar rascunho. Se usou um lado, utilize o outro. Escreva, imprima e faça cópias sempre usando as duas faces das folhas de papel.

■ Revise e corrija o que escrever na tela do computador, para evitar imprimir várias vezes o mesmo texto.

■ Também reutilize envelopes, caixas, cartolinhas, embrulhos e embalagens.

■ Ao imprimir algo que não tenha valor de documento, configure a impressora jato de tinta para o modo econômico. Os cartuchos, que custam caro, durarão mais.

■ Remanufacture os cartuchos de impressoras jato de tinta e os *toners* de impressoras a laser, pois é possível economizar até 40%. Em geral, cada 20 cartuchos que passam por este processo equivalem ao preço de uma impressora nova.

■ Parece besteira, mas evite desperdício de clips. Sempre reutilize aqueles que parecem um pouco tortos ou estão jogados em algum canto qualquer da mesa de trabalho.

■ CD-Rom gravável. Mesmo custando pouco, entre R\$ 0,90 e R\$ 2, dependendo da marca, é possível usá-lo até o preenchimento de sua capacidade (700 MB). Para isso, é só utilizar programas de gravação de CD, como o Nero, que têm uma ferramenta para a gravação em seções separadas.

■ CD-Rom regravável. É outra opção – com preço um pouco maior –, mas para arquivos que podem ser apagados mais tarde.

Serviços terceirizados

■ Antes de contratar um *motoboy* faça uma lista dos locais onde ele precisa ir. Cuidado para não esquecer algum, porque é prejuízo na certa.

■ Dependendo do tamanho do escritório, pode ser mais vantajoso contratar uma pessoa para cuidar da limpeza, ao invés de buscar essa mão-de-obra em empresas terceirizadas.

■ Manutenção de computadores. Se você não conta com um funcionário próprio que entende do ofício, o melhor mesmo é contratar uma empresa terceirizada. Procure as que têm nome no mercado, preço melhor e prazo de pagamento. Em geral, elas cobram por hora trabalhada. Faça uma tomada de preços e tente conseguir descontos.

CNDs mais fáceis

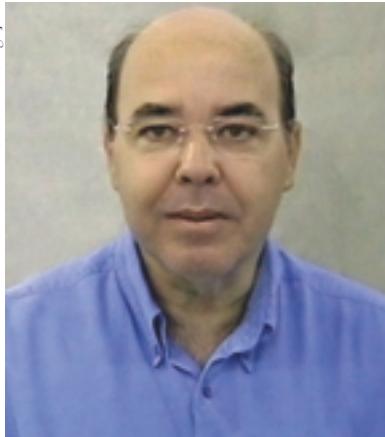
PORTRARIA CONJUNTA DA RECEITA FEDERAL E DA PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL AGILIZA PEDIDOS DE CERTIDÕES NEGATIVAS DE DÉBITO

A Certidão Negativa de Débito (CND), documento que comprova se o contribuinte está em dia com o Fisco e é obrigatório para as empresas que desejam concorrer em licitações ou obtenção de financiamentos, tem novas regras.

Editada no dia 18 de março e publicada no dia 21 no D.O.U. pela Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), a portaria conjunta (nº 01) regulamenta a obtenção de CND positiva com efeito negativo para os contribuintes que solicitaram, há mais de 30 dias – com base no artigo 13 da Lei nº 11.051/04, de 30 de dezembro de 2004 –, a revisão de débitos, mas não obtiveram resposta. A portaria é transitória e vale por um ano.

Este artigo, por sinal, é o mesmo que proíbe as empresas em dé-

Foto: Divulgação



Para Pontes, a Receita precisa ser mais ágil para atender a todos os pedidos

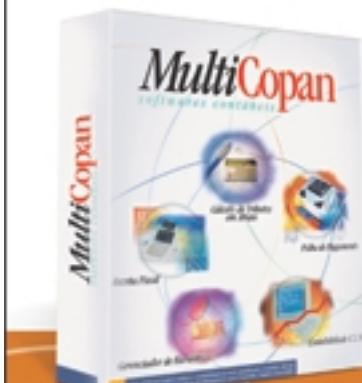
bito com a União e a Previdência Social de distribuírem lucros aos sócios. Com a portaria, o contribuinte tem a oportunidade de conseguir a CND em até 30 dias. Para que o procedimento dê resultado é preciso apresentar ao Fisco o pedido de revisão e os documentos

comprobatórios de que os débitos foram quitados em data anterior ao da inscrição na dívida ativa.

A PGFN em São Paulo, por exemplo, recebe aproximadamente 60 solicitações para CND diariamente, e este número deverá aumentar gradualmente. Pelo menos a metade é baseada na Lei nº 11.051. Entretanto, apenas entre cinco e oito pedidos estão em conformidade com os requisitos pedidos.

“A medida adotada em função do elevado estoque de pedidos existente na SRF, que não é analisado em tempo hábil, atende, temporariamente, às necessidades do contribuinte. A solução definitiva do problema está na análise mais ágil dos pedidos e em um sistema informatizado que não gere tantas inconsistências”, afirma Eduardo Pontes, coordenador de conteúdo da FISCOsoft Editora.

Sua empresa 5 vezes mais ágil.



MultiCopan

Com cinco softwares contábeis, o **MultiCopan** vai acelerar os negócios de sua empresa. A contabilidade de sua empresa vai trabalhar com velocidade e eficiência de sobra. Os 5 sistemas são integrados: Folha de Pagamento, Escritura Fiscal, Contabilidade C.I.M., Cálculo de Tributos em Atraso, Gerenciador de Escritório.

0800-7702040

SP: Campinas, Praia Grande, Santo André, São José do Rio Preto, São Paulo e Sorocaba. ES: Vitória. AP: Macapá



Uma ligação bem tênue

PROBLEMAS TODOS TÊM. MAS O QUE FAZER QUANDO ASPECTOS DA VIDA PESSOAL EXTRAPOLAM AS PAREDES DO LAR E ATRAPALHAM A VIDA PROFISSIONAL?



Foto: Johann Sigmund/Danone

A produtividade dos colaboradores tende a cair quando estão emocionalmente frágeis

Até que ponto problemas do cotidiano familiar, como brigas conjugais, contas atrasadas, preocupações com filhos e até mesmo doenças de parentes podem influenciar na queda de produtividade do profissional?

Fatores externos, como violência e trânsito – principalmente nas grandes e médias cidades –, que causam elevados níveis de estresse, têm efeitos negativos no rendimento no trabalho e na relação com os demais colegas?

O tempo cada vez mais exíguo para a realização de tarefas e a pressão exercida no ambiente de trabalho, seja pela cobrança do chefe e de clientes ou pela cons-

tante preocupação com o desemprego, são responsáveis por baixos índices de resultados?

As variáveis, como se pode constatar, são muitas. Já a certeza sobre o tema é uma só: as situações acima são reais e vêm motivando estudos em todo o mundo. Boa parcela das empresas, entretanto, já está ciente da gravidade deste problema, e começa a movimentar-se no sentido de tentar minimizá-lo.

É o que faz, por exemplo, a PricewaterhouseCoopers (PwC), uma das maiores auditorias do mundo, com 13 escritórios e 2,4 mil colaboradores no Brasil. A organização implantou, há dois anos, o Programa de Apoio Pessoal (PAP),

um serviço de atendimento independente, gratuito e confidencial, disponível 24 horas por dia.

O PAP não é restrito apenas aos colaboradores, mas aberto a seus familiares também. Profissionais de diversas áreas, como consultores em comportamento, terapia ocupacional, fonoaudiologia, acupuntura, psicologia, psiquiatria e advogados, entre outros, são designados para atender a quem precisa de ajuda.

O programa oferece aconselhamento nas mais diversas situações: de problemas de saúde ou conflitos de relacionamento a processos de perda de familiares, separação ou dificuldade de adaptação e até à tomada de decisões do tipo: ‘qual é o melhor método educacional para os filhos?’’. Desde o início do programa foram atendidas perto de 5,5 mil pessoas. E, o mais importante: tudo dentro do mais absoluto sigilo.

“Certamente, qualquer problema, seja de ordem pessoal, familiar ou profissional e gerado por questões emocionais, materiais, de saúde ou outros, afeta a motivação e o próprio ambiente de trabalho, comprometendo o desempenho do colaborador”, afirma João César Lima, sócio da PwC – Brasil e líder da área de Recursos Humanos da companhia.

A consultora e terapeuta Magdalena Boog, co-autora do livro *Relacionamentos* (M.Books, 180 páginas, R\$ 49), que trata desse difícil tema, ensinando as pessoas a construir relações mais saudáveis ►

e duradouras, resume a questão levantada acima, ressaltando que o racional e o emocional dos indivíduos ficam conectados com problemas de toda ordem.

“Isso faz com que a pessoa tenha falta de concentração, fique irritada (pavio curto), distraída e desanimada. Também afeta diretamente o rendimento no trabalho. Tanto para quem tem que de fechar algum balancete quanto para quem tem de lidar com o público. A intensidade da manifestação depende também do perfil de cada pessoa e quanto já se trabalhou com as adversidades da vida”, resume a especialista.

Entretanto, os chefes nem sempre estão preparados para enfrentar desafios como esses. “O líder



Foto: Divulgação

João César Lima, da PwC

deve conversar com os colaboradores e manter um canal sempre aberto. Além disso, conhecer o jeito de cada um pode ser fundamental para

perceber mudanças no tom de voz, na postura, na atenção, no ritmo de trabalho. Todos esses são indicadores da situação do lado emocional do colaborador.”

VIDA MODERNA

Para Grant Ricketts, vice-presidente da Saba, empresa norte-americana líder mundial em soluções para desenvolvimento e gerenciamento de capital humano, a vida moderna, com suas complexidades e pressões diárias, estressa e opriime as pessoas de tal forma que interfere negativamente na performance profissional.

A própria mídia, acredita o especialista, tem uma parcela de culpa na criação deste ambiente de trabalho cada vez mais hostil, uma vez ►

OPORTUNIDADE: Buscamos representante para as cidades de Foz do Iguaçu (PR) e Teresina (PI)

SOLUÇÃO CONTÁBIL ALTERDATA

*Software para quem valoriza
QUALIDADE!*



ALTERDATA
TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA
0800-704-1418
www.alterdata.com.br

AL - Maceió • AM - Manaus • BA - Salvador; Vitória da Conquista • CE - Fortaleza • ES - Cachoeiro de Itapemirim; Vitória • GO - Goiânia • MA - São Luís
• MG - Belo Horizonte; Juiz de Fora; Uberlândia; Varginha • MS - Campo Grande • PA - Belém • PB - João Pessoa • PE - Petrolina; Recife • PR - Curitiba
• RJ - Angra dos Reis; Araruama; Campos; Macaé; Duque de Caxias; Nova Friburgo; Nova Iguaçu; Petrópolis; Rio de Janeiro; Teresópolis; Volta Redonda • RN - Natal • RS - Lajeado; Passo Fundo; Porto Alegre • SC - Florianópolis • SE - Aracaju • SP - Ribeirão Preto; São Paulo; Sorocaba.

que ela tem uma influência persuasiva. “A mídia trata com exacerbação problemas do cotidiano, mostrando-os fora do contexto real. Este fato pode não ter um impacto muito direto nas pessoas, mas certamente as atinge psicologicamente”, define.

O executivo também chama a atenção para um dos principais problemas detectados atualmente nas companhias e na conduta de administradores e gerentes: os colaboradores, muitas vezes, desconhecem a função exata de seus colegas dentro da empresa e enfrentam barreiras de comunicação entre si. Cabeira, argumenta, aos administradores e gerentes reverter esse quadro.

“A partir do momento em que as tarefas se tornam cada vez mais interdependentes, ficam complexas. Implantar qualquer tipo de mudança nesse sentido envolve a



Foto: Divulgação

Grant Ricketts, da Saba

cooperação dos demais colegas ou mesmo de todas as hierarquias. Quando as pessoas estão inseridas nesse contexto, como se tudo fizesse parte de um quebra-cabeça, a atuação de todos passa a ser mais efetiva e produtiva”, explica o vice-presidente da Saba.

A competição entre colegas tam-

bém é outro aspecto que deve ser levado em consideração. A parte ruim é que se esses pequenos ‘cabos-de-guerra’ do dia-a-dia podem fugir do controle, desencadeando situações constrangedoras não só para quem participa dessa queda de braço mas para todos os outros colaboradores.

“Este é um fato real. Em muitos casos, porém, pode até ser saudável. Entretanto, a competição pode ficar problemática quando informações internas de extrema importância passam a não ser mais compartilhadas, ou as pessoas não são mais encorajadas a desenvolver suas melhores habilidades, ou os gerentes sentem que precisam abrigar as informações ao invés de compartilhá-las. É como se a empresa competisse consigo própria, e isso não é nada bom”, pondera Ricketts. ☺

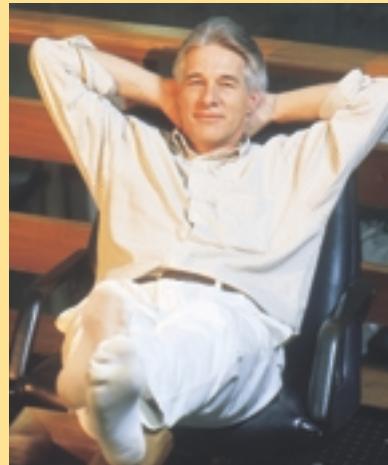
No mercado, a vida profissional está acima da pessoal

O administrador de empresas e escritor Max Gehringer, um dos conferencistas mais requisitados do País e ex-presidente da Pepsi Cola Engarrafadora e Pullman/Santista Alimentos, já esteve dos dois lados do balcão – recebendo e dando ordens, e conhece bem a relação entre vida pessoal e vida profissional.

Para Gehringer, o mercado de trabalho não perdoa quando a vida profissional é atrapalhada pela vida pessoal. A primeira tem prioridade sobre a segunda. “Existe até um nome para isso, ‘24 X 7’, coisa de gringo, que significa ‘estar à disposição da empresa sete dias por semana, 24 horas por dia’. Isso é bom? Não, é péssimo”, argumenta.

Como o senhor analisa a relação entre vida pessoal e vida profissional no mercado de trabalho?

Max Gehringer – Vivemos em uma cultura empresarial que obriga o funcionário a estar sempre disponível para a companhia. É uma ques-



Max Gehringer

tão de aceitar ou não as regras do jogo, e poucas pessoas estão em condições de impor suas próprias regras.

Por que isso acontece?

Gehringer – Porque há um batalhão de gente disposta a sacrificar a vida pessoal para conseguir um emprego. Os únicos profissionais que conseguem

equilibrar um pouco a vida pessoal e a vida profissional são os autônomos.

O que a empresa deve fazer quando os problemas pessoais influem no rendimento do colaborador?

Gehringer – As boas empresas já perceberam que o problema existe, e tentam compensar a situação. Ou com uma remuneração muito atrativa, ou com atividades dentro e fora da empresa. Está ficando cada vez mais comum a empresa levar os funcionários para um hotel fazenda. Isso ajuda a reduzir a tensão.

Há também empresas que se preocupam em criar um bom ambiente físico de trabalho, com cores neutras, iluminação adequada e a permissão para que cada funcionário decore sua mesa ou sua baia com o que quiser.

Quando o funcionário sente que a empresa está genuinamente preocupada com ele, passa a suportar melhor a pressão. Na maioria dos casos, os colaboradores não têm problemas insolúveis. Eles só querem ser ouvidos.

EM ARACAJÚ, MULHERES CONTABILISTAS DISCUTEM A PROFISSÃO E SUA PRÓPRIA CONDIÇÃO NA SOCIEDADE

Três dias. Cerca de mil contabilistas reunidas. E muitos debates sobre diversos aspectos da profissão e a situação da mulher na sociedade contemporânea. Esse é o clima esperado para o *V Encontro Nacional da Mulher Contabilista*, que será realizado de 19 a 21 de maio, em Aracaju (SE). Aberto pelo presidente do CFC, José Martonio Alves Coelho, o evento contará com as ilustres presenças dos presidentes Leonardo Rodriguez (Associação Interamericana da Contabilidade – AIC), Carlos Henrique Menezes Lima (CRC-SE) e Maria Clara Cavalcante Bugarim (Fundação Brasileira de Contabilidade – FBC).

O encontro terá diversas palestras e painéis. Entre os temas a serem debatidos estão: *Marketing Pessoal: Planeje seu Sucesso, A*



Empresa Brasileira – Uma Visão do Futuro, Mudanças no Relacionamento entre Empresas, Governos e Comunidades, Ser Mulher Hoje, Talento para Ser Feliz, O Exercício da Profissão Contábil na Ótica do Cliente e Conciliação da Capacidade Econômica do Cliente & Custos Reais.

Também serão discutidos: *Adequação da Linguagem Contábil aos Diversos Tipos de Usuári-*

os, a Relação Contabilista/Mercado de Capitais/Clientes, Simplificação da Burocracia e Redução da Carga Fiscal, Entraves à Ascensão Profissional, Conciliação dos Diversos Papéis, Superar e Vencer, Qualidade de Vida, Aparência e Autoestima, Hábitos de Vida Saudável na Busca da Longevidade e Políticas Públicas para Mulheres.

Entre as conferencistas estão a ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilceia Freire, a ex-ministra do Trabalho e Indústria, Comércio e Turismo Dorothéa Werneck, a ex-prefeita de Maceió Kátia Borges, a ex-presidente da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) Maria Silvia Bastos Marques, a esteticista Ala Shzerman e a cantora, atriz e empresária Tânia Alves.

11ª CONESCAP JÁ MOVIMENTA A INDÚSTRIA DO TURISMO POTIGUAR

A 11ª edição da Convenção Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Conescap) – cujo lema deste ano é: *Empresas de serviços: desafios e perspectivas* – acontece só na segunda quinzena de outubro, mas seus efeitos já estão sendo sentidos na economia de Natal (RN) e na região metropolitana.

O Pirâmide Palace Hotel, por exemplo, que sediará o evento, está lotado. O fechamento de diversos pacotes de turismo também é outro aspecto a ser considerado, uma vez que eles incluem passeios aos pontos mais importantes do local.

Inclua-se a isso a programação social, com passeio, visita ao comércio, principalmente aos locais

que expõem a cultura potiguar, e a restaurantes, que lucrarão em um período do ano considerado de baixa temporada para o turismo.

Ao todo, são esperados cerca de mil empresários contábeis, mas esse número poderá ser maior. Boa parcela desses participantes, por sua vez, trará familiares – em torno de 500 acompanhantes – e chegará antes do evento (que começa numa quarta-feira), deixando a cidade provavelmente no domingo, pois o encerramento da Conescap será na sexta-feira.

SERVIÇO

As vagas para o evento são limitadas. Os interessados devem se inscrever pelo site: www.conescap.com.br. Apartamentos podem ser reservados pelo telefone (84) 211-5919.

26ª CIC: TRABALHOS DEVEM SER ENTREGUES ATÉ 10 DE JUNHO

Termina no dia 10 de junho o prazo para a entrega de trabalhos para a 26ª Convenção Interamericana de Contabilidade (de 23 a 26 de outubro), cujo lema desta edição é: *Restaurar a confiança da profissão mediante a transformação de seus paradigmas vitais*. Os trabalhos dos demais países poderão ser apresentados à comissão organizadora até o dia 31 de julho, conforme o regulamento.

O evento é realizado bienalmente e reúne profissionais de 27 países que integram a Associação Interamericana de Contabilidade (AIC). Informações sobre este e outros assuntos, como inscrições, programação e palestrantes podem ser obtidas pelo site: www.26cic.com.br.

DIRETOR DA FENACON VALDIR PIETROBON É AGRACIADO COM TÍTULO DE CONTABILISTA DO ANO

O vice-presidente Institucional da Fenacon, Valdir Pietrobon, foi laureado no dia 13 de janeiro com o título de Contabilista do Ano (2003), concedido pela Federação dos Contabilistas do Estado do Paraná (Fecopar), a profissionais que se sobressaem nas áreas profissional, educacional, científica, cultural, política e social. A entrega foi feita durante a posse da nova diretoria da entidade (2005-2007), comandada pelo presidente Antônio Carlos Dóro.

“O título é o reconhecimento de todo um trabalho desenvolvido em prol da Classe Contábil e das entidades, desde o momento em que me tornei contabilista, em 1975, e pas-

Foto: Divulgação



Valdir Pietrobon (ao meio) recebe o título do presidente da Fecopar, Antônio Carlos Dóro (à esq.). À direita, o presidente da Fenacon, Carlos José de Lima Castro, prestigia o amigo.

sei a atuar como dirigente, no início da década de 90”, salienta Pietrobon.

Na ocasião, o ex-presidente do

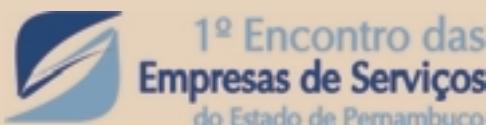
Sindicato dos Contabilistas de Curitiba e vice-presidente da Fecopar, Divanzir Chiminácio, recebeu o título de Dirigente Sindical do Ano também referente a 2003. A láurea foi criada para homenagear o trabalho de contabilistas que se dedicam às causas sindicais, contribuindo e projetando as entidades do sistema Fecopar e a Contabilidade.

O presidente da Fenacon, Carlos José de Lima Castro, também participou da homenagem.

SERVIÇOS PROMOVE ENCONTRO DE EMPRESÁRIOS PARA DEBATER MUDANÇAS DO MERCADO PERNAMBUCANO

O setor de serviços cresceu intensamente em Pernambuco, nas últimas décadas e, hoje, é responsável pela maior parcela da economia estadual. Para discutir esse e outros aspectos, como as transformações ocorridas nesse mercado, o Sescap-PE realizará, no dia 16 de junho, em Recife, a primeira edição do Encontro das Empresas de Serviços do Estado de Pernambuco.

Ao todo, são esperados 250 empresários pernambucanos.



Durante o evento, palestrantes discutirão assuntos relativos ao mercado de serviços. Além das explanações, serão realizados o Fórum Permanente em Pernambuco Sociedade Civil e o Fisco e o Fórum Permanente em Defesa do Setor de Serviços.

O evento conta com o apoio da Fenacon e do Ibracan, entre outras entidades. Mais informações podem ser obtidas pelo e-mail: sescap@sescappe.com.br.

II ENESC/AMAPÁ ABORDA TRANSPARÊNCIA E QUALIDADE NOS SERVIÇOS CONTÁBEIS

Após o sucesso do V Enescap/Norte, realizado em novembro do ano passado, a capital amapaense, Macapá, sedia novamente outro evento de magnitude similar: o II Encontro das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias e Informações e Pesquisas do Estado do Amapá (Enesc/Amapá).

O evento, cujo tema central é

“Prestando Serviços com Transparência e Qualidade”, acontecerá no dia 17 de junho, e deve reunir 200 empresários contábeis e contabilistas. Entre os temas a serem debatidos estão os avanços tecnológicos a serviço das empresas, o super sistema da Receita Federal, a MP 232 e a ética entre as empresas de serviços contábeis.

Os palestrantes já confirma-

dos pela organização do encontro são o vice-presidente – Região Norte da Fenacon, Carlos Alberto do Rego Correa, e o consultor e conferencista Paulo de Tarso Castro.

O Enesc será realizado a partir das 18h30, no Hotel Macapá. Mais informações podem ser obtidas pelo telefone (96) 217-4498 ou no site: www.sescap-ap.com.br.

■ SÃO PAULO

SESCON-SP E PREFEITURA PAULISTANA FECHAM CONVÊNIO PARA AGILIZAR INSCRIÇÃO NO CCM

O novo sistema para a Inscrição Eletrônica no Cadastro de Contribuintes Mobiliários (CCM), que começou a funcionar na Capital paulista experimentalmente no Sescon-SP no dia 4 de março, foi lançado oficialmente no dia 5 de abril, quando a Prefeitura de São Paulo assinou um convênio com o Sindicato, que ajudou a Secretaria de Finanças do município a testar o programa.

A grande vantagem da ferramenta é que ela desburocratiza todo o sistema. Se antes, a inscrição demorava até 120 dias para ser realizada, agora é feita em poucos instantes. A Prefeitura recebe, em média, 8 mil pedidos de inscrição no CCM por dia.

Segundo o prefeito José Serra, a Prefeitura tem o dever de facilitar a vida do cidadão e não tem o direito de atrapalhar. “É parte de suas funções proteger seus direitos de funcionar, trabalhar e exercer suas atividades”, disse.

“Este projeto simplifica e agiliza a inscrição no Cadastro. O Sescon-SP teve papel fundamental, colaborando para a implantação do projeto, viabilizando a realização de testes e apresentando sugestões de aprimoramento que beneficiarão o contribuinte. Este é o início de um movimento de descentralização do atendimento ao cidadão e ao empreendedor”, explicou o presidente da entidade, Antonio Marangon.

O convênio foi estendido à Associação Comercial de São Paulo (ACSP) e ao Sindicato dos Contabilistas de São Paulo (Sindcont-SP) que, assim como o Sescon-SP, abrigarão postos de atendimento para o CCM.



Durante discurso, Marangon afirmou que a parceria foi a melhor forma de acabar com a burocracia desse serviço. Compuseram a mesa (da esq. para a dir.) Affi Domingos (ACSP), o secretário de Finanças, Mauro Ricardo Costa, o vice-prefeito Gilberto Kassab, o prefeito José Serra e os presidentes da Câmara Municipal, Roberto Tripoli (sem partido), e do Sindcont-SP, Sebastião Luiz Gonçalves dos Santos.

CERTIFICAÇÃO DIGITAL

Outro convênio fechado pelo Sescon-SP, no dia 17 de março, possibilita a seus associados obter o e-CPF e o e-CNPJ para os clientes. A Certificação custa R\$ 180 e vale por três anos. A parceria é com a CertiSign, empresa especializada em emitir certificados digitais.

O posto da Receita no Sescon-

SP funciona de segunda a quinta-feira, das 8 às 17 horas, e às sextas-feiras, das 8 às 16 horas, mas para a expedição de Certificação Digital, o horário é das 13 às 18 horas. Documentos necessários: RG, CPF e comprovante de residência. Antes, é preciso agendar o atendimento. Mais informações pelos telefones (11) 3326-5048 e 3227-7128.

SUB-REGIONAIS SÃO INAUGURADAS NO ESTADO

O Sescon-SP inaugurou, em abril, oito sub-regionais: Boituva (Rua 6 de Setembro, 349) e Itu (Rua Santa Cruz, 1.041), dia 1º; Barretos (Rua 32, 1.252) e Franca (Rua Major Cláudiano, 1.194), dia 7; Porto Ferreira (Rua Indalécio Resende, 842) e São João da Boa Vista (Praça Coronel José Pires, 128), dia 8; e Ourinhos (Rua Antônio Carlos Mori, 654) e Assis (Rua Barão do Rio Branco, 306), dia 15.

Boituva e Itu são dirigidas pelos empresários contábeis Tânia Regina Calegari e José Paulo Tarchiani, respectivamente. As unidades de Barretos e Franca ficaram com Milton José Ferreira e Luís

Aurélio Prior. Maria Anselma Coscato dos Santos e Antonio Baesso Junior comandam Porto Ferreira e São João da Boa Vista, respectivamente. Já Ourinhos e Assis ficaram sob responsabilidade de Adilson Garcia Lopes e Leandro Pepes Cardoso de Almeida.

Em maio, o total de sub-regionais chegará a 10, com a inauguração das unidades de Cotia (Avenida Inocêncio Pires de Oliveira, 244, Caucaia do Alto), no dia 6, e de Barueri (Rua Diógenes Ribeiro de Lima, 169, Jd. Belval), no dia 20. A direção está a cargo de Francisco Carlos Maronna e Robertson Aparecido Borges Neres.

■ GOIAS

SESCON-GO INAUGURA NOVA SEDE E HOMENAGEIA PRESIDENTE DA FENACON DANDO SEU NOME AO ESPAÇO

OSescon-GO está de sede nova. A inauguração aconteceu no último dia 17 de março, em Goiânia, e contou com a presença de toda a diretoria da Fenacon. O espaço, seis vezes maior que o anterior (368 metros quadrados contra 61 do antigo local), terá seu tamanho duplicado até o final do ano, quando a entidade ocupará outro pavimento do prédio onde está agora.

Batizada de “Espaço Sindical Presidente Carlos José de Lima Castro”, em homenagem ao presidente da Fenacon, o local diferencia-se do anterior, que se localizava em lugar de difícil acesso e sem estacionamento, em uma pequena sala, que impossibilitava melhorias no atendimento aos associados.

A nova sede, ao contrário, acha-se localizada em local de fácil acesso, no centro de Goiânia (Rua 61, nº 146), com amplas instalações.

■ RIO DE JANEIRO

SESCON-RJ LEVA PRIMEIRA REGIONAL PARA ÁREA DOS LAGOS

Os associados do Sescon-RJ dos municípios de Araruama, Araripe do Cabo, Búzios, Cabo Frio, Campos, Conceição de Macabu, Carapebus, Casimiro de Abreu, Macaé, Iguaba, Quissamã, Rio Bonito, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia, Saquarema e Silva Jardim já podem contar com a Regional dos Lagos, a primeira da entidade.

O empresário contábil Flávio Poggian, ex-presidente da Associação dos Contabilistas de Rio das Ostras, cuja cidade é a sede temporária da Regional Lagos, é o presidente. A assembléia que aprovou a instalação da unidade foi realizada no dia



Castro com o presidente do Sescon-GO, Edson Cândido Pinto, na nova sede

Segundo o presidente do Sescon-GO, Edson Cândido Pinto, a mudança tem o objetivo de ampliar o atendimento às empresas que procuram o Sindicato, dar sequência ao projeto de reengenharia da entidade e implantar novos métodos de trabalho e de divulgação das suas atividades.

A homenagem a Castro, afirma

Edson, mostra o reconhecimento a um líder que luta em prol dos Sindicatos filiados, para que estes possam servir aos seus representados.

Terceirize seus arquivos e aumente seu espaço produtivo.

Uma área de 400m² para a guarda e manipulação de documentos em arquivos ativos e inativos.

Com planos econômicos e de acordo com as suas necessidades, sua empresa poderá aproveitar melhor seus espaços, deixando por nossa conta toda a guarda da documentação.

LIGUE E CONHEÇA ESTA SOLUÇÃO!



INTERCONTÁBIL

Consultoria Empresarial
Rua Diogo Bueno, 110 - Ipiranga
02536-070 - São Paulo - SP
Tel.: (11) 6256-9555
www.intercontabil.com.br

■ RIO DE JANEIRO

SESCON-SF ELEGE NOVA DIRETORIA E TRANSFERE SEDE ADMINISTRATIVA PARA VOLTA REDONDA

A contabilista Vera Lúcia Pires Nunes assumiu, no dia 31 de janeiro, a presidência do Sescon-SF (tríênio 2005-2007), em substituição a Fulvio Abrami Stagi. A eleição aconteceu no dia 14 de janeiro.

Fazem parte da diretoria efetiva: William de Paiva Motta (vice-presidente), César Luiz de Miranda (diretor administrativo), Altamyr Bezerra de Vasconcelos (vice-diretor administrativo), Victor Hugo Camargo dos Santos (diretor financeiro), Aparecida de Fátima Theodoro da Silva (vice-diretora financeiro) e José Augusto dos Prazeres (diretor social).

Os suplentes da diretoria são: Augusto de Souza Telles, Maria Elisabete Soares da Cunha José Teixeira de Aleixo, Jesus Moreira dos Santos, Denize Coeli Vaz Avellar e Jeane Cariello. Já o Conselho Fiscal é formado por Luciano

Foto: Divulgação



Vera Lúcia: em busca de novos associados

de Souza Portes, Antonio José Costa e Telmo Alves da Costa.

Participaram da cerimônia de posse diversas personalidades do segmento contábil e da política local. Na ocasião, a mesa solene do evento foi composta pelos presidentes Stagi (que transmitiu o cargo), Vera Lúcia (que assumiu), Carlos José de Lima Castro (Fenacon), Guilherme Bottrel Pereira Tostes

(Sescon-RJ) e Nelson Monteiro da Rocha (CRC-RJ).

Vera já transferiu a sede administrativa da entidade, que tem 70 associados, de Barra Mansa – onde também fica a sede social – para Volta Redonda (Rua 17 de Julho, 280, sala 2, Aterrado). A intenção é baixar gastos e evitar atrasos a reuniões, uma vez que a maioria dos diretores reside na cidade.

A nova presidente pretende promover ações que ajudem a incrementar a base de associados do Sindicato em 100% neste ano, 200% em 2006 e 400% em 2007, fortalecendo, assim, a união da Classe, realizando convênios para beneficiar os associados e cursos gratuitos para contadores e funcionários das organizações contábeis. A entidade lançará em breve o Boletim Sescon-SF, com o objetivo de informar o associado sobre as atividades do Sindicato.

■ PERNAMBUCO

ENCONTRO DEFINE AGENDA DE AÇÕES EM DEFESA DO SETOR DE SERVIÇOS PARA 2005

O setor de serviços é hoje a máquina que move o Estado de Pernambuco, ocupando 59,6% de seu PIB, e cresce sem parar. Só por esta constatação, já é possível projetar um grande futuro para a economia local, impulsionada, principalmente, pelo turismo de lazer.

Esse e outros assuntos fizeram a pauta das discussões que permeou o encontro entre o Fórum Permanente em Pernambuco Sociedade Civil e o Fisco e o

Fórum Permanente em Defesa do Setor de Serviços – PE.

A reunião, realizada no dia 24 de fevereiro, traçou as metas a serem atingidas neste ano. Entre outros temas, foram discutidas a regulamentação do Protocolo 36/2004 (autopeças), a Lei Complementar N° 68/2005 e a regulamentação do Programa de Desenvolvimento de Pernambuco (Prodepe) e os reflexos da MP 232 sobre as empresas prestadoras de serviços.

■ PIAUÍ

VII ENECON SERÁ EM TERESINA

O CRC-PI, os demais CRCs do Nordeste, mais o do Espírito Santo, com o apoio do CFC e da Fundação Brasileira de Contabilidade, realizarão, de 15 a 17 de junho, o VII Encontro Nordestino de Contabilidade (Enecon), em Teresina, Piauí. Serão discutidos temas que vão desde a qualificação profissional à importância do contabilista para o País. Paralelamente, acontecerá uma feira com produtos e serviços de empresas relacionadas ao meio contábil. Informações pelo telefone (86) 221-7531.

■ SANTA CATARINA

SESCON-SC E FENACON ENGAJAM-SE EM CAUSAS SOCIAIS E FAZEM DOAÇÃO A ASILO DE LAGES

O Asilo Vicentino, de Lages (SC), ganhará até dezembro deste ano um reforço extra no caixa. Desde o início de março, a Fenacor e o Sescon-SC fazem o repasse mensal de R\$ 400 à instituição, que abriga 60 idosos. O dinheiro vem de um fundo social mantido pela Federação.

Para entidades como o asilo, que têm grandes dificuldades em se manter, e sobrevivem de doações, recursos como estes são de extrema importância. "Nossa instituição é filantrópica e se mantém somente com doações e com a realização de alguns eventos", salientou o administrador do asilo, Luiz Marin, ao re-

Foto: Divulgação



Marin e Martello: dinheiro ajudará a minimizar alguns problemas do asilo

ceber do presidente do Sescon-SC, Luiz Antonio Martello, a comunicação do depósito do dinheiro.

"Nossas empresas contábeis também atuam dentro de um con-

ceito de responsabilidade social, e nós não poderíamos deixar de atender uma instituição que realmente necessita de ajuda", ressaltou Martello.

empresa de contabilidade

Uma empresa de contabilidade completa precisa internamente dos softwares de Contabilidade, Folha, Livros Fiscais, Controle Patrimonial, Gerenciador de Escritórios e Cálculo de Tributos. Este escritório, assim informatizado, necessita interligar-se aos seus clientes através de módulos captadores, que executam nos próprios clientes o Faturamento, ECF, Contas a Receber, Contas a Pagar, Gerenciador Financeiro, Caixa e Bancos e Controle de Estoques.

Através dos captadores o escritório importa estes dados via Internet, e os transforma automaticamente em Contabilidade e Livros Fiscais. Nesta interligação ganham os clientes e o escritório, passando a ser um a extensão do outro. O Escritório Inteligente, passo a passo, vai se tornando 100% informatizado, 100% interligado e 100% sem papel, buscando maximizar eficiência. Tudo isso sua empresa encontra na Exactus Software.

100%

inteligente

Saiba como melhor
atrair e encantar
seus clientes



VB4C++ & SQLServer

Gestão para Empresas de Contabilidade
Premier - Privilegius - Directus

Gestão para Holdings

Gestão para Hospitais

Gestão para Faculdades e Escolas

Gestão para Transportes

Gestão para Postos de Gasolina

Gestão para Empresas de Ônibus

Gestão para Comércio Atacadista

Gestão para Indústrias

Gestão para Supermercados

Gestão para Assistências Técnicas

Gestão para Imobiliárias

Gestão para Farmácias

Gestão para Construtoras

Gestão para Lojas

Folha de Pagamento
Contabilidade Gerencial
Gerenciador de Escritório
Controle Patrimonial
Escrita Fiscal

empresa de contabilidade
100% inteligente

EXACTUS
software

0800 400 6001

www.exactus.com.brcomercial@exactus.com.br

■ DISTRITO FEDERAL

CLASSE CONTÁBIL CONSEGUE REVOGAÇÃO DE LEI QUE PREJUDICAVA CONTRIBUINTE



Empresários contábeis e contabilistas comemoram a derrubada da lei

Os deputados distritais do Distrito Federal revogaram, no último dia 5 de abril, a Lei nº 3.547/05, que inibia a espontaneidade no cumprimento das obrigações acessórias da Secretaria de Estado da Fazenda, o que proporcionava aos contribuintes, altas multas.

O problema na legislação – conflitante com o Código Tributário Nacional – havia sido levado ao conhecimento do secretário da Fazenda, Valdivino Oliveira, no

dia 30 de março, pelo Sescon-DF, CRC-DF, Sindicato dos Contabilistas local (Sindiconta) e associações de contabilistas do Distrito Federal. Valdivino prontamente reconheceu o equívoco e se dispôs a resolver a questão.

Os contabilistas receberam importante apoio do deputado Izalci Lucas, atual secretário de Ciência e Tecnologia do Distrito Federal, e do deputado José Roberto Arruda.

■ BAIXADA SANTISTA

SESCON-BS EXPANDE PRESENÇA NO LITORAL E EMPOSSA CINCO DIRETORES REGIONAIS

O suporte dado pelo Sescon-BS aos associados da Baixada Santista foi ampliado. A entidade empossou cinco diretores regionais: em 14 de fevereiro, Claudia de Moura Vassão (Guarujá) e no dia 16, Ana Maria Soares da Silva (Praia Grande) e no dia 30 de março, Ademir Ferreira de Lima, Geraldo Vignoli e Flávio Trigo Junior (Itanhaém, Peruíbe e Itariri, respectivamente).

Ao final das solenidades, foram ministradas palestras seguidas de debates. Em Guarujá e em Praia Grande, o presidente do Sescon-BS, Orival da Cruz, abordou as “Alterações na Legislação Tributária Federal e Municipal”, e nas demais cidades, o conferencista foi o delegado da Receita Federal de Santos, Carlos Vinicio Lacerda Nacif, que falou sobre IRPF.



DP-Comp Sistemas

Controle com mais agilidade a sua empresa

Emissor de Notas Fiscais

Folha de Pagamento

Controle de Estoque

Contabilidade

Controle Financeiro

Escrita Fiscal

televendas
0800 15 55 61

 www.dpcomp.com.br
 dpcomp@dpcomp.com.br

Rua Senador César Lacerda Vergueiro, 121
Vila Madalena - SP



Setor Bancário Norte, Quadra 2 – Lote 12, Bloco F
Edifício Via Capital – Salas 904/909
CEP: 70040-000 – Brasília (DF)
Telex: (61) 327-0002
E-mail: fenacon@fenacon.org.br

DIRETORIA DA FENACon
(Gestão 2004/2007)

PRESIDENTE
Carlos José de Lima Castro

VICE-PRESIDENTE INSTITUCIONAL
Valdir Pietrobon

VICE-PRESIDENTE – REGIÃO SUDESTE
Sauro Henrique de Almeida

VICE-PRESIDENTE – REGIÃO SUL
Renato Francisco Toigo

VICE-PRESIDENTE – REGIÃO NORDESTE
José Geraldo Lins de Queirós

VICE-PRESIDENTE – REGIÃO CENTRO-OESTE
Laércio José Jacomélli

VICE-PRESIDENTE – REGIÃO NORTE
Carlos Alberto do Rego Correa

DIRETOR ADMINISTRATIVO
Antônio Gutenberg Moraes de Ancheta

DIRETOR FINANCEIRO
Roberto Wuthstrack

DIRETOR DE EVENTOS
Carlos Roberto Victorino

DIRETOR DE TECNOLOGIA E NEGÓCIOS
Nivaldo Cleto

DIRETORA DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS
E DO TRABALHO
Aparecida Terezinha Falcão

DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
Urubatam Augusto Ribeiro

SUPLENTES
Osias Chasin
Bruno Ricardo de Souza Lopes
Reinaldo Aparecido Domingos
Paulo Bento

Fernando César Passos Lopo
Antônio Ferreira Neves
Ronaldo Geraldo de Castro
Luiz Valdir Slompo de Lara
Antonio Luiz Amorim Araújo
João Aramayo da Silva
Wladimir Alves Torres
Aderaldo Gonçalves do Nascimento Junior
Anastácio Costa Mota

CONSELHO FISCAL
EFETIVOS
Sérgio Approbato Machado
Haroldo Santos Filho
Vilson Wegener

SUPLENTES
Maciel Breno Schiffler
Valmir Madálio
Almir Dias de Souza

REPRESENTAÇÃO NA CNC
EFETIVOS
Carlos José de Lima Castro
Pedro Coelho Neto

SUPLENTES
Irineu Thomé
Valdir Pietrobon

DICAS DE LIVROS

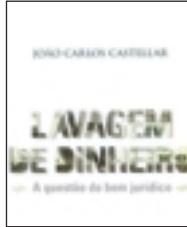
ICMS E IPI ESMIUÇADOS

Dois dos temas tributários mais discutidos no País, o ICMS e o IPI têm todos os seus procedimentos esmiuçados no livro *ICMS e IPI no Dia-a-dia das Empresas* (Editora IOB Thomson, 736 páginas, R\$ 89), dos tributaristas Adriana Manni Peres e Paulo Antonio Mariano. Os autores propiciam ao leitor a compreensão – de forma prática, concisa e objetiva – dos aspectos fiscais relacionados com a cobrança e a escrituração fiscal dos dois tributos.



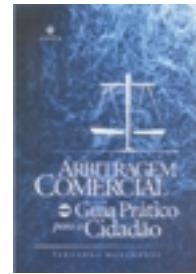
LAVAGEM DE DINHEIRO

Eis um tema polêmico. O crime, praticado em todo o mundo, movimenta dezenas de bilhões de dólares anualmente e tem ramificações em diversos segmentos da sociedade. Em *Lavagem de Dinheiro – A Questão do Bem Jurídico* (Editora Revan, 212 páginas, R\$ 35), o professor João Carlos Castellar, analisa todos os aspectos desse crime sob a ótica jurídica.



ARBITRAGEM NO BRASIL

A arbitragem é um meio alternativo para solucionar controvérsias, que passou a ser empregado para valer a partir da edição da Lei nº 9.307/96. O livro *Arbitragem Comercial – Guia Prático para o Cidadão* (Códex, 144 páginas, R\$ 15), do árbitro e advogado Fernando Marcondes, mostra o funcionamento deste mecanismo.



EM DOSE TRIPLA

O professor Antônio Lopes de Sá lança mais três obras, todas pela Juruá Editora (www.jurua.com.br):



Moderna Análise de Balanços ao Alcance de Todos (286 páginas, R\$ 57,40), *Fundamentos da Contabilidade Geral* (306 páginas, R\$ 59,90) e *Contabilidade & Novo Código Civil* (122 páginas, R\$ 24,70).

A primeira investiga o que dizem os balanços sobre as empresas. A segunda é uma introdução ao conhecimento contábil, enquanto a terceira trata das modificações impostas pelo novo Código Civil à Contabilidade.

EXPEDIENTE

A Revista Fenacon em Serviços é uma publicação bimestral da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas.

PRODUÇÃO E EDIÇÃO
De León Comunicações
(11) 5017-7604 / 5017-4090
deleon@deleon.com.br
www.deleon.com.br

JORNALISTA RESPONSÁVEL
M. Lenilde S. Plá de León (Mtb 11.707-SP)

EDITOR
Luciano Guimarães (Mtb 30.388-SP)

REPÓRTER
Deise Dantas

CONSELHO EDITORIAL
Diretoria Executiva

ANÚNCIOS
Pedro A. De Jesus
Tel.: (11) 3875-0308
E-mail: pedrojesus@fenacon.org.br

PLANEJAMENTO GRÁFICO
E DIAGRAMAÇÃO
Celso Tadeu de Oliveira,
Eduardo Henrique da Silva, Roberto Anselmo
e Sidney Fernandes

IMPRESSÃO E ACABAMENTOS
Prol Editora Gráfica

AUDITORIA DE CIRCULAÇÃO
Instituto Técnico de Consultoria e Auditoria S/C

TIRAGEM
50 mil exemplares

A Revista Fenacon em Serviços não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nas matérias ou artigos assinados. Os anúncios veiculados são de inteira responsabilidade dos anunciantes.

SESCONS E SESCAPS FILIADOS À FENACON

■ SESCAP - ACRE

Pres.: Sergio Castagna
End.: Av. Getúlio Vargas, 130, sl. 206
Centro – Cep.: 69900-660 – Rio Branco (AC)
Tel.: (68) 233-3452
www.sescap-ac.org.br
sescapac@ibest.com.br
Cód. Sindical: 002.365.00000-7

■ SESCON - ALAGOAS

Pres.: Anastácio Costa Mota
End.: R. Dr. Albino Magalhães, 185
Farol – Cep.: 57050-080 – Maceió (AL)
Telefax: (82) 336-6038 / 336-3692
www.fenacon.org.br/sescon-al
nortecal@veloxmail.com.br
Cód. Sindical: 002.365.89638-8

■ SESCAP - AMAPÁ

Pres.: Márcio Lélio da Paixão Nascimento
End.: Av. Manoel Pacífico Cantuária, 75
Pacoval – Cep.: 68908-275 – Macapá (AP)
Telefax: (96) 225-1542
www.sescap-ap.com.br
sescap@tvson.com.br
Cód. Sindical: 002.365.00000-7

■ SESCON - AMAZONAS

Pres.: Wilson Américo da Silva
End.: R. Monsenhor Coutinho, 477, sl. 5
Centro – Cep.: 69010-110 – Manaus (AM)
Telefax: (92) 3087-6089 / 233-2336
www.fenacon.org.br/sescon-am
sescomam@argo.com.br
Cód. Sindical: 002.365.91702-0

■ SESCON - APUCARANA

Pres.: Alcindo Carlos Moroti
End.: R. Osvaldo Cruz, 359 - Centro
Cep.: 86800-720 – Apucarana (PR)
Telefax: (43) 422-3913
aprogramacao@brturbo.com
Cód. Sindical: 002.365.00000-7

■ SESCAP - BAHIA

Pres.: Fernando César Passos Lopo
End.: Av. Antonio C. Magalhães, 2.573,
sl. 1.205/6, - Candeal de Brotas
Cep.: 40289-900 – Salvador (BA)
Tel.: (71) 3425-4082 / Fax: 3452-9945
www.sescap-ba.org.br
sescap@sescap-ba.org.br
Cód. Sindical: 002.365.90858-0

■ SESCON - BAIXADA SANTISTA

Pres.: Orival da Cruz
End.: Av. Conselheiro Nébias, 592
Boqueirão – Cep.: 11045-002 – Santos (SP)
Tel.: (13) 3222-4839 / Fax: 3222-1862
www.sesconbs.org.br
sesconbs@sesconbs.org.br

■ SESCON - BLUMENAU

Pres.: Gelson Francener
End.: R. XV de Novembro, 550 – 10º andar - sls. 1.009/1.010 – Cep.: 89010-901 – Blumenau (SC)
Tel.: (47) 326-0236 / Fax: 326-3401
www.sesconblumenau.org.br
sesconblumenau@flynet.com.br
Cód. Sindical: 002.365.89502-0

■ SESCON - CAMPINAS

Pres.: Carlos José Tozzi
End.: Av. Irmã Serafina, 863, 2º andar, sl. 22
Centro – Cep.: 13015-201 – Campinas (SP)
Telefax: (19) 3239-1845 / 3232-5860
www.sesconcampinas.org.br
sesconcampinas@uol.com.br

■ SESCON - CAXIAS DO SUL

Pres.: Celestino Oscar Loro
End.: R. Ítalo Victor Bersani, 1.134
Jd. América – Cep.: 95050-520
Caxias do Sul (RS)
Tel.: (54) 222-7831 / 228-2425
Fax: (54) 222-7825
www.sesconcx.com.br
sescon@sesconcx.com.br
Cód. Sindical: 002.365.87490-2

■ SESCON - CEARÁ

Pres.: Pretexto S. Quaresma
G. de Oliveira Mello
End.: Av. Washington Soares, 1.400, sl. 401
Edson Queiróz – Cep.: 60811-341
Fortaleza (CE)
Telefax: (85) 3273-2255 / 3273-5083
www.sescapece.org.br
contato@sescapce.org.br
Cód. Sindical: 002.356.88157-7

■ SESCON - DISTRITO FEDERAL

Pres.: Paulo César Terra
End.: Scrs Qd. 504, bl. C, subsolo, lq. 61/64
Asa Sul – Entrada W2 – Cep.: 70331-535
Brasília (DF) – Telefax: (61) 226-1269
www.sescondf.org.br
sescondf@sescondf.org.br
Cód. Sindical: 002.365.04303-2

■ SESCON - ESPÍRITO SANTO

Pres.: Rider Rodrigues Pontes
End.: R. Quintino Bocaiuva, 16, sl. 903
Centro – Cep.: 29010-903 – Vitória (ES)
Tel.: (27) 3223-3547 / Fax: 3222-7589
www.sescon-es.org.br
sescon@sescon-es.org.br
Cód. Sindical: 002.365.04904-9

■ SESCON - GOIÁS

Pres.: Edson Cândido Pinto
End.: R. 61, nº 146 – Centro (térreo)
Cep.: 74.045-080, Goiânia (GO)
Telefax: (62) 212-4477
www.fenacon.org.br/sescon-go
sescango@ih.com.br
Cód. Sindical: 002.365.05474-3

■ SESCON - GRANDE FLORIANÓPOLIS

Pres.: Maurício Melo
End.: Felipe Schmidt, 303, 9º andar
Centro – Cep.: 88010-903 – Florianópolis (SC)
Telefax: (48) 222-1409
www.sesconfloripa.org.br
sescon@sesconfloripa.org.br
Cód. Sindical: 002.365.88511-4

■ SESCON - LDR

Pres.: José Joaquim Martins Ribeiro
End.: R. Souza Naves, 289 (sl.)
Cep.: 86010-914 – Londrina (PR)
Telefax: (43) 3329-3473
www.sesconldr.org.br
sescapldr@sescapldr.com.br
Cód. Sindical: 002.365.90169-1

■ SESCON - MARANHÃO

Pres.: Gilberto Alves Ribeiro
End.: Av. Jerônimo de Albuquerque, s/nº, sl. 201
Retorno do Calhau – Cep.: 75.074-220
São Luiz (MA) – Telefax: (98) 236-6971
sescon-a@uol.com.br
Cód. Sindical: 002.365.90023-7

■ SESCON - MATO GROSSO

Pres.: João dos Santos
End.: R. São Benedito, 851 – 1º andar
Lixeira – Cep.: 78010-800 – Cuiabá (MT)
Tel.: (65) 623-1603 / Fax: 321-4831
sescomm@terra.com.br
Cód. Sindical: 002.365.86025-1

■ SESCON - MATO GROSSO DO SUL

Pres.: Carlos Rubens de Oliveira
End.: R. Euviria Pacheco Sampaião, 681
Jd. Monumento – Cep.: 79071-030
C. Grande (MS) – Telefax: (67) 387-6094/5489
www.sescomms.org.br
sescomms@sescomms.org.br
Cód. Sindical: 002.365.87924-6

■ SESCON - MINAS GERAIS

Pres.: João Batista de Almeida
End.: Av. Afonso Pena, 748 – 24º andar
Centro – Cep.: 30130-003 – B. Horizonte (MG)
Telefax: (31) 3273-7353
www.sescon-mg.com.br
sescon@sescon-mg.org.br
Cód. Sindical: 002.365.04937-5

■ SESCON - PARÁ

Pres.: Paulo Otávio B. Baker
End.: Av. Pres. Vargas, 640, 5º andar, sl. 1
Campina – Cep.: 66017-000 – Belém (PA)
Telefax: (91) 212-2558
www.sescon-pa.org.br
sesconpa@nautilus.com.br
Cód. Sindical: 002.365.90145-4

■ SESCON - PARAÍBA

Pres.: Aderaldo G. do Nascimento Jr.
End.: R. Rodrigues de Aquino, 267, 3º andar
Centro – Cep.: 58013-030 – J. Pessoa (PB)
Telefax: (83) 222-9106
sesconpb@jrcontag.jpa.com.br
Cód. Sindical: 002.365.90755-0

■ SESCAP - PARANÁ

Pres.: Mário Elmir Berti
End.: R. Marechal Deodoro, 500 – 11º andar
Centro – Cep.: 80010-911 – Curitiba (PR)
Telefax: (41) 222-8183
www.sescap-pr.org.br
sescap-pr@sescap-pr.org.br
Cód. Sindical: 002.365.88248-4

■ SESCON - PERNAMBUCO

Pres.: Adelyani Braz
End.: R. José Aderval Chaves, 78
4º andar, sls. 407/408
Boa Viagem – Cep.: 51111-030
Recife (PE)
Telefax: (81) 3327-6324
www.sescappe.com.br
sescappe@sescappe.com.br
Cód. Sindical: 002.365.88145-3

■ SESCON - PIAUÍ

Pres.: Tertulino Ribeiro Passos
End.: Av. José dos Santos e Silva, 2.090
sl. 201 – Cep.: 64001-300 – Teresina (PI)
Telefax: (86) 221-9557 / 222-6337
sesconi@analisecontabilidade.com.br
Cód. Sindical: 002.365.90801-7

■ SESCON - PONTA GROSSA

Pres.: Luiz Fernando Saffraider
End.: R. XV de Novembro, 301
6º andar, sls. 67/68
Cep.: 84010-020 – Ponta Grossa (PR)
Telefax: (42) 222-1096
sescapng@interponta.com.br
Cód. Sindical: 002.365.00000-7

■ SESCON - RIO DE JANEIRO

Pres.: Guilherme Bottrel P. Tostes
End.: Av. Passos, 120 – 7º andar
Centro – Cep.: 20051-040
Rio de Janeiro (RJ)
Telefax: (21) 2233-8868 / 2233-8899
www.sescon-rj.org.br
sesconrj@sescon-rj.org.br
Cód. Sindical: 002.365.86767-1

■ SESCON - RIO GRANDE DO NORTE

Pres.: Edson Oliveira da Silva
End.: R. Segundo Wanderley, 855-B, sl. 122
Barro Vermelho – Cep.: 59030-050
Natal (RN)
Tel.: (84) 201-0708
sescon_rn@uol.com.br
Cód. Sindical: 002.365.00000-7

■ SESCON - RIO GRANDE DO SUL

Pres.: Luiz Carlos Bohn
End.: R. Augusto Severo, 168
S. João – Cep.: 90240-480 – P. Alegre (RS)
Tel.: (51) 3343-2090 / Fax: 3343-2806
www.sescon-rs.com.br
sescon-rs@sescon-rs.com.br

■ SESCAP - RONDÔNIA

Pres.: João Amarayo da Silva
End.: Av. Carlos Gomes, 2.292, sl. 4
S. Cristóvão – Cep.: 78901-200
Porto Velho (RO)
Tel.: (69) 3026-2531 / Fax: 224-1922
sescap-ro@uol.com.br
Cód. Sindical: 002.365.91126-3

■ SESCON - RORAIMA

Pres.: Auxiliadora Oliveira Araújo
End.: R. Coronel Mota, 1.848
Centro – Cep.: 69301-120 – Boa Vista (RR)
Telefax: (95) 624-4588
sescon-rr@hotmail.com
Cód. Sindical: 002.365.04959-6

■ SESCON - SANTA CATARINA

Pres.: Aderaldo G. do Nascimento Jr.
End.: Av. Juscelino Kubitschek, 410, 3º andar
B. B. sls. 306/308 – Cep.: 89201-906
Joinville (SC)
Telefax: (47) 433-9849
www.sesconsc.org.br
sesconsc@sesconsc.org.br
Cód. Sindical: 002.365.02808-4

■ SESCON - SÃO PAULO

Pres.: Antônio Marangon
End.: Av. Tiradentes, 960
Luz – Cep.: 01102-000 - São Paulo (SP)
Tel.: (11) 3328-4900 / Fax.: 3328-4940
www.sescon.org.br
sesconsp@sescon.org.br
Cód. Sindical: 002.365.86257-2

■ SESCON - SERGIPE

Pres.: José Cicinato Vieira Melo
End.: R. Siriri, 496, sl. 4, 1º andar
Centro – Cep.: 49010-450
Aracaju (SE)
Telefax: (79) 214-0722
www.sescon-se.org.br
sesconse@infonet.com.br
Cód. Sindical: 002.365.04999-5

■ SESCON - SUL FLUMINENSE

Pres.: Vera Lúcia Pires Nunes
End.: R. 17 de Julho, 280, sl. 2
Aterrado – Cep.: 27213-200
V. Redonda (RJ)
Telefax: (24) 3347-1298
www.sescon-sulfluminense.org.br
sesconsul@uol.com.br
Cód. Sindical: 002.365.05022-5

■ SESCON - TOCANTINS

Pres.: Flávio Azevedo Pinto
End.: 104 Norte, Acne 1, cj.1, lt. 12
sl. B – Cep: 77.006-016 – Palmas (TO)
Telefax: (63) 215-8267
opcon@uol.com.br
Cód. Sindical: 002.365.91124-7

■ SESCON - TUPÁ

Pres.: Hamilton D. R. Fernández
End.: R. Potiguaras, 414
Centro – Cep.: 17601-080 – Tupá (SP)
Telefax: (14) 3496-1727
ecmdeleo@unisite.com.br
Cód. Sindical: 002.365.90844-4

Atualizado em

6 de abril 2005

Empresário de Serviços,
entre em contato com seu
Sindicato por e-mail.
É mais rápido e
econômico. Critique,
reivindique, opine, faça
sugestões aos seus
dirigentes. Eles querem
trabalhar por você, em
defesa de sua empresa.